



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, migração de dados, treinamento, suporte técnico e manutenção de sistema informatizado destinado à gestão tributária municipal, gestão do ISSQN por meio de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), protocolo eletrônico e atendimento ao contribuinte via internet, mediante licenciamento de software por prazo determinado (locação), para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Além Paraíba/MG.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

1.3. O sistema deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos ou funcionalidades:

- a) Portal de atendimento ao cidadão via internet (Portal do Contribuinte);
- b) Sistema de gestão tributária municipal e arrecadação (IPTU, taxas e receitas diversas);
- c) Sistema de gestão do ISSQN com emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
- d) Sistema de protocolo eletrônico e tramitação de processos administrativos;
- e) Sistema de Ouvidoria;
- f) Sistema de gestão de eletrônica de documentos e assinatura digital.

1.4. Considerando que a contratação poderá ocorrer por lotes, os módulos poderão ser fornecidos por sistemas distintos, desde que atendam às funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

1.5. Quando aplicável, os sistemas deverão permitir integração ou interoperabilidade, por meio de APIs, exportação de dados ou outros mecanismos tecnológicos equivalentes, de forma a possibilitar o compartilhamento de informações entre os sistemas utilizados pela Administração.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação em voga trata-se de serviço indispensável, pois qualquer interrupção comprometeria diretamente o atendimento aos cidadãos e a execução das rotinas administrativas, que são fundamentais para o funcionamento da máquina pública.

2.2. A necessidade da contratação torna-se ainda mais evidente diante do encerramento do contrato do sistema atualmente utilizado pela Prefeitura, previsto para o dia 25 de março de 2026. Considerando que a transição para uma nova solução tecnológica exige segurança e tempo hábil para garantir a integridade e a confiabilidade dos dados, é imprescindível que a administração municipal adote medidas imediatas para evitar qualquer risco de descontinuidade dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

2.3. Dada a natureza essencial das rotinas administrativas e do atendimento prestado aos cidadãos, não é possível admitir interrupções no funcionamento dos sistemas de gestão pública, pois a paralisação comprometeria diretamente a arrecadação de tributos, o processamento de protocolos e a execução de atividades administrativas fundamentais.

2.4. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação em caráter emergencial, assegurando que a nova solução tecnológica esteja plenamente apta a operar em prazo reduzido. A urgência decorre da necessidade de garantir a continuidade dos serviços sem período de migração prolongado, evitando lacunas que possam comprometer o funcionamento da Prefeitura.

2.5. Assim, o sistema contratado deverá estar disponível e operacional em até 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, prazo justificado pela relevância e criticidade das atividades envolvidas, que não podem sofrer atrasos ou interrupções. Essa medida assegura eficiência, transparência e responsabilidade fiscal na gestão pública, ao mesmo tempo em que preserva o direito do cidadão a serviços contínuos e de qualidade.

2.6. Além disso, com contratação, objetiva-se promover o desenvolvimento e a modernização dos processos internos, assegurando maior agilidade nos fluxos administrativos e integração das informações entre os diversos setores da Prefeitura. Essa integração é crucial para que a gestão pública funcione de forma coordenada, evitando retrabalho, inconsistências e falhas na comunicação entre departamentos.

2.7. A adoção de uma solução tecnológica atualizada permitirá ampliar o monitoramento dos procedimentos executados diariamente pela administração municipal. Isso contribuirá para maior segurança fiscal, otimização do controle interno e fortalecimento da fiscalização realizada pelos órgãos de controle externo, garantindo conformidade com as normas legais e maior transparência na gestão dos recursos públicos.

2.8. Do ponto de vista do cidadão, a modernização dos sistemas representa um avanço significativo na prestação dos serviços públicos. A população terá acesso a processos mais ágeis, transparentes e eficazes, fortalecendo a confiança na administração municipal e ampliando a percepção de qualidade no atendimento.

2.9. Por fim, a contratação está em consonância com as diretrizes de inovação, economicidade e responsabilidade fiscal da Prefeitura de Além Paraíba/MG. Ao investir em tecnologia de ponta, a administração municipal garante não apenas a continuidade dos serviços essenciais, mas também a modernização da gestão pública, promovendo eficiência administrativa, transparência e melhor utilização dos recursos públicos em benefício da sociedade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, migração e conversão de dados, parametrização, treinamento de usuários, suporte técnico e manutenção de sistemas informatizados destinados à gestão tributária municipal, incluindo a gestão do ISSQN, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), portal de atendimento ao contribuinte, protocolo eletrônico, ouvidoria e gestão de cemitério municipal, mediante licenciamento de software por prazo determinado (locação), em ambiente web ou arquitetura tecnológica equivalente, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Além Paraíba/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

3.2. A solução deverá permitir o gerenciamento das atividades administrativas e fiscais da Prefeitura, incluindo cadastro e gestão de contribuintes, controle da arrecadação municipal, emissão de documentos fiscais, tramitação de processos administrativos e atendimento eletrônico ao cidadão.

3.3. A solução poderá ser composta por sistemas integrados ou interoperáveis, desde que atendam às funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e ainda:

4.2. Priorizar provedores que utilizem fontes de energia renovável e tenham políticas de redução de emissão de carbono.

4.3. Garantir que os sistemas implantados atendam aos requisitos de acessibilidade previstos na legislação, promovendo inclusão social.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.4. Não se aplica á presente contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.5. Não se aplica á presente contratação.

2. Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não se aplica á presente contratação.

Subcontratação

4.7. É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta contratação, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021.

4.8. A subcontratação parcial poderá ser admitida mediante autorização prévia da Administração, desde que não comprometa a execução do objeto principal do contrato.

4.9. A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto contratual, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas.

4.10. As empresas subcontratadas deverão atender, no que couber, aos requisitos de habilitação previstos no edital, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica.

4.11. À contratada caberá a fiscalização da regularidade trabalhista em relação ao serviço subcontratado.

4.12. A subcontratação não exime a contratada de quaisquer responsabilidades legais e contratuais perante o Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

4.13. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que participe da licitação ou da gestão e fiscalização do contrato, inclusive cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.

4.14. Poderá ser admitida a subcontratação de módulos específicos da solução ou componentes tecnológicos complementares, desde que previamente submetidos à análise e aprovação da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela integração, funcionamento e suporte da solução.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.16. Não se aplica á presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1. Início da execução do objeto: Em até 24 (vinte e quatro) horas da emissão da ordem de serviço;

5.2. A execução dos serviços deverá observar as seguintes etapas e procedimentos técnicos:

Implantação :

5.3.1 A implantação compreende os serviços necessários ao pleno funcionamento da solução, incluindo instalação, configuração, parametrização inicial, migração de dados e treinamento dos usuários;

5.3.2 A conversão ou migração dos dados atualmente existentes nos sistemas utilizados pela Administração será de responsabilidade da contratada;

5.3.3 A contratada deverá realizar a migração dos dados preservando a integridade, consistência e segurança das informações;

5.3.4 A contratada deverá realizar a migração/conversão dos dados disponibilizados pela Administração, garantindo a preservação da integridade, consistência e segurança das informações consideradas essenciais para continuidade da operação dos sistemas;

5.3.5 Após a migração, os dados deverão ser validados e homologados pela Administração, por meio dos responsáveis pelos respectivos sistemas ou áreas;

5.3.6 Quando necessário, deverão ser realizadas atividades de configuração ou customização para adequação do sistema às normas e procedimentos da Administração, bem como às exigências legais e dos órgãos de controle;

5.3.7 Informações adicionais sobre os sistemas atualmente utilizados poderão ser obtidas mediante solicitação formal, visita técnica facultativa previamente agendada com a Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

ou por meio de canais de comunicação disponibilizados pela Administração, tais como atendimento telefônico ou eletrônico;

5.3.8 Durante a fase de implantação, a contratada deverá prestar suporte técnico e acompanhamento aos usuários da Prefeitura, de forma presencial ou remota, conforme necessidade;

5.3.9 Durante a implantação poderão ser realizados ajustes em relatórios, layouts, tabelas, parâmetros, acessos de usuários e demais configurações necessárias ao funcionamento da solução, incluindo adequação de fórmulas de cálculo e regras de negócio para atendimento aos critérios adotados pela Prefeitura;

5.3.10 Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes;

5.3.11 A Contratada será responsabilizada pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nas informações da Contratante, quando der causa e estas estiverem sob sua responsabilidade;

5.3.12 A Contratada e os membros da equipe deverão manter absoluto sigilo acerca de todos os dados e informações relacionadas ao objeto da presente licitação, assim como, quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da prestação de serviços contratada, podendo responder contratualmente e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato;

5.3.13 O prazo para conclusão dos serviços de migração/**implantação será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias**, contados da emissão da Autorização de Início de serviços.

5.3.14 Durante o período de migração, a Contratante ficará isenta do pagamento mensal referente à locação do sistema, sendo devida apenas a remuneração pelos serviços de migração.

5.3.15 Quando a contratação ocorrer por lotes ou módulos distintos, cada empresa contratada será responsável pela implantação e funcionamento do sistema correspondente ao seu lote, devendo colaborar com a Administração para garantir eventual interoperabilidade entre os sistemas.

Serviços de Suporte Técnico

5.3.16 O atendimento às solicitações de suporte deve ser provido presencialmente ou remotamente via telefone, e-mail, ferramenta de registro de chamados e chat, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema;

5.3.17 O suporte técnico tem como objetivo:

5.3.18 Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

5.3.19 Sugerir e apoiar métodos e práticas visando a correta e adequada utilização dos módulos, possibilitando obter o máximo de aproveitamento de seus recursos;

5.3.20 Apoiar na análise e documentação de informações a respeito de mudanças na legislação municipal, estadual e federal, visando a adequada implementação destas nos sistemas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.21 Apoiar na análise e documentação de informações a respeito de mudanças ou melhorias nas metodologias de trabalho, visando a otimização da implementação destas nos sistemas.

5.3.22 O suporte técnico deverá ser disponibilizado em horário comercial, em dias úteis, podendo ocorrer atendimento fora desse período, em caráter excepcional, quando houver indisponibilidade ou situações que comprometam a operação dos sistemas;

5.3.23 A Contratada deverá disponibilizar portal de atendimento, suporte e sustentação ao usuário, permitindo à entidade uma visão gerencial completa dos serviços e do atendimento técnico prestado pela empresa contratada;

5.3.24 A contratada deverá disponibilizar treinamento aos usuários sempre que houver implantação de novos módulos ou atualizações relevantes do sistema, podendo ser realizado de forma presencial ou remota, conforme necessidade e avaliação da Prefeitura;

5.3.25 Para cada novo atendimento iniciado deverá ser vinculado um código ou número de chamado exclusivo.

5.3.26 O portal de atendimento deve permitir o cadastro dos usuários em diversas entidades a qual ele esteja vinculado, possibilitando abrir chamados, executar reclamações, enviar documentos, tramitar questões técnicas;

5.3.27 O portal de atendimento deve possuir pesquisa de satisfação dos chamados atendidos, acessível pela entidade contratante, inclusive;

5.3.28 O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione;

5.3.29 A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento telefônico ou meio equivalente para suporte aos usuários.

Serviços de Manutenção Corretiva e Legal

5.3.30 Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas contratados, incluindo as seguintes atividades:

5.3.31 Manutenção Corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração. O prazo máximo para reparos e correções em erros de sistemas é de até 7 (sete) dias úteis;

5.3.32 Manutenção Legal: decorrente de alterações na legislação ou normas aplicáveis, devendo a contratada promover as adequações necessárias ao funcionamento do sistema, sem prejuízo à operação e ao cumprimento da legislação durante a vigência contratual.

5.3.33 A contratada deverá disponibilizar atualizações dos sistemas sempre que necessárias para atendimento à legislação federal, estadual ou municipal, bem como às normas e orientações dos órgãos de controle, sem quaisquer custos adicionais para a Prefeitura, durante a vigência contratual.

5.3.34 Os serviços de manutenção corretiva e legal deverão ser prestados durante toda a vigência contratual, garantindo o pleno funcionamento dos sistemas, sem custos adicionais para a Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Infraestrutura e Hospedagem dos Sistemas

5.3.35 Os sistemas deverão ser disponibilizados em ambiente de hospedagem sob responsabilidade da contratada, cabendo a ela a gestão da infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução, incluindo hospedagem, armazenamento, processamento e mecanismos de segurança, garantindo disponibilidade, segurança e integridade das informações, sem custos adicionais para a Prefeitura.

5.3.36 A contratada deverá garantir a disponibilidade e continuidade dos sistemas, adotando as medidas técnicas necessárias para minimizar eventuais interrupções dos serviços;

5.3.37 A infraestrutura disponibilizada deverá suportar o crescimento do volume de dados e da utilização dos sistemas durante a vigência contratual, sem prejuízo de desempenho ou custos adicionais para a Prefeitura;

5.3.38 A contratada deverá manter rotinas de backup e mecanismos de recuperação de dados que garantam a integridade e a restauração das informações em caso de falhas ou perda de dados.

Características Técnicas Gerais do Sistema/Módulos - Especificações Técnicas Mínimas dos Módulos do Sistema

Portal de atendimento ao cidadão via internet

5.3.39 O portal deverá permitir ao contribuinte consultar sua situação fiscal junto à Prefeitura, incluindo débitos, dívidas e demais informações relacionadas, com atualização das informações disponibilizadas pelo sistema.

5.3.40 O portal deverá possibilitar ao contribuinte a emissão, via internet, de alvarás, guias de pagamento e certidões relacionadas aos cadastros municipais.

5.3.41 Os documentos emitidos pelo portal deverão possuir mecanismos de autenticação ou código de verificação que permitam a conferência de sua autenticidade.

5.3.42 O portal deverá permitir a emissão de certidão negativa de débitos municipais, observando as verificações necessárias quanto à situação fiscal do contribuinte.

5.3.43 O portal deverá permitir a geração de código ou mecanismo de controle que possibilite verificar a autenticidade dos documentos emitidos pelo portal.

5.3.44 O portal deverá possibilitar a emissão de guias de pagamento de tributos municipais, permitindo, quando aplicável, a consolidação de débitos em uma única guia.

5.3.45 O portal deverá permitir a emissão de alvarás, licenças e demais documentos administrativos relacionados às atividades econômicas emitidos pela Prefeitura, podendo contemplar, quando aplicável, documentos vinculados às áreas de vigilância sanitária.

5.3.46 O portal deverá permitir que o contribuinte realize a gestão de suas credenciais de acesso ao portal.

5.3.47 O sistema deverá permitir a emissão de certidão negativa de débitos municipais, observando as verificações necessárias quanto à situação fiscal do contribuinte.

5.3.48 O portal deverá permitir que o contribuinte realize seu cadastro para acesso aos serviços disponibilizados pela Prefeitura, conforme regras definidas pela administração municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.49 Permitir a disponibilização de meios eletrônicos de pagamento para quitação de tributos municipais, conforme regulamentação da administração municipal.

5.3.50 O sistema deverá atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo mecanismos de proteção, controle e tratamento adequado dos dados pessoais utilizados no sistema.

Sistema de arrecadação e tributação

5.3.51 Permitir, ao cadastrar uma pessoa física ou jurídica, vincular mais de um endereço, informando CEP, município, logradouro, número, descrição de endereço, complemento, condomínio, bloco, apartamento, loteamento, bairro, distrito e caso julgar necessário, incluir observações ao endereço. Em casos em que o contribuinte possuir mais de um endereço, possibilitando sinalizar qual destes será o endereço principal.

5.3.52 Permitir o cadastro de pessoas jurídicas com a vinculação de sócios e respectivas informações cadastrais.

5.3.53 Realizar movimentações nos cadastros de contribuintes, podendo alterar sua situação para ativo ou inativo e incluir averbações cadastrais informando o processo e devidas observações, permitindo incluir comentários às movimentações, mantendo histórico de alterações realizadas.

5.3.54 Permitir anexar arquivos ao cadastro de contribuintes com a opção de consultar todos os arquivos anexados ao cadastro, bem como remover arquivos eventualmente incluídos indevidamente.

5.3.55 Permitir consultas cadastrais através: nome; parte do nome; CNPJ/CPF; endereço; inscrição cadastral.

5.3.56 Possuir cadastro de averbações/observações para: Contribuintes; Imóveis; Econômicos; Dívidas; Receitas diversas (solicitação de serviço).

5.3.57 Possuir opção para verificar os históricos das alterações cadastrais (cadastro de contribuintes, cadastro imobiliário e cadastro mobiliário) efetuadas por determinados usuários, por data ou por processo de alteração, diretamente no sistema.

5.3.58 Permitir a utilização de indexadores ou unidades fiscais municipais, bem como moeda corrente, para atualização e cálculo de tributos, conforme legislação municipal vigente.

5.3.59 Permitir o cadastramento das imobiliárias, com as informações da pessoa jurídica acrescido do número do CRECI.

5.3.60 Permitir o cadastro dos cartórios e tabeliões responsáveis em efetuar os registros dos imóveis e protestos de títulos.

5.3.61 Possuir cadastros de ruas, faces do imóvel, bairros, distritos, loteamentos, condomínios e localidades para utilização no cadastramento dos contribuintes e imóveis.

5.3.62 Permitir, por meio do cadastro de imóveis, determinar para qual endereço serão remetidas as correspondências, com a possibilidade de optar entre os endereços do próprio imóvel, do responsável, corresponsável ou imobiliária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.63 Permitir por meio do cadastro de imóveis, consultar as informações dos benefícios fiscais concedidos ao imóvel, com a possibilidade de conferir a descrição do benefício, a receita tributária, período de vigência, data de revogação caso ocorrer e situação do benefício.

5.3.64 Possibilitar que através do cadastro de imóveis, seja possível emitir o extrato financeiro do contribuinte e o espelho do cadastro imobiliário.

5.3.65 Permitir, a partir do cadastro de imóveis, efetuar a cópia dos dados cadastrais, gerando um novo imóvel com as mesmas informações.

5.3.66 Possibilitar que através do histórico contido no cadastro de imóveis seja demonstrado o histórico de todas as transferências anteriores efetuadas.

5.3.67 Permitir acesso às principais funcionalidades relacionadas ao cadastro imobiliário e ao contribuinte associado.

5.3.68 Desmembramento de um imóvel, permitir que seja inserida uma movimentação no respectivo cadastro indicando a ação realizada.

5.3.69 Permitir que haja Planta de Valores e que seja configurável conforme boletim cadastral e a localização do imóvel.

5.3.70 Permitir a atualização dos valores da planta de valores imobiliários conforme parâmetros definidos pela administração municipal.

5.3.71 Permitir integração com sistemas externos utilizados pela Prefeitura municipal, por meio de APIs, webservices ou outros mecanismos de interoperabilidade.

5.3.72 Permitir atualização de informações cadastrais imobiliárias decorrentes de integrações ou ajustes administrativos.

5.3.73 Permitir desmembramentos e remembramentos de imóveis.

5.3.74 Permitir a inclusão de arquivos digitalizados aos desmembramentos e remembramento de imóveis.

5.3.75 Permitir a gestão e parametrização dos lançamentos relacionados à Contribuição de Melhoria, conforme legislação municipal vigente.

5.3.76 Permitir identificar e registrar os imóveis beneficiados por obras públicas sujeitas à Contribuição de Melhoria, possibilitando o cálculo e controle dos valores devidos, conforme critérios definidos pela legislação municipal.

5.3.77 Permitir o registro e acompanhamento das movimentações relacionadas à Contribuição de Melhoria, mantendo histórico das operações realizadas.

5.3.78 Permitir configurar alíquotas aplicáveis aos tributos relacionados à transferência de imóveis, conforme legislação municipal.

5.3.79 Permitir o registro e controle das transferências de imóveis vinculadas à quitação de tributos, conforme regras definidas pela administração municipal.

5.3.80 Permitir anexar arquivos ao cadastro de econômicos com a opção de consultar todos os arquivos anexados ao cadastro, bem como remover arquivos eventualmente incluídos indevidamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.81 Possibilitar a emissão dos alvarás de licença localização e funcionamento, sanitário e provisório, com a possibilidade de definir o prazo validade por data ou intervalo de dias, incluir informações complementares e selecionar um modelo de documento previamente configurado no sistema.

5.3.82 Possuir cadastro configurável para as vistorias de imóveis e econômicos (empresas).

5.3.83 Propiciar o controle de requerimento de: Baixa; Suspensão; Cancelamento de atividades.

5.3.84 Propiciar após a baixa, a emissão de relatório com o demonstrativo do movimento para conferência.

5.3.85 Atender integralmente ao que rege a resolução IBGE/CONCLA Nº 01 de 25/06/1998 atualizada pela resolução CONCLA Nº 07 de 16/12/2002 que prevê o detalhamento do CNAE (Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

5.3.86 Possuir cadastro da lista de serviços adequado à Lei Complementar 116/03 e também com as atualizações e novos itens criados pela Lei Complementar 157/2016.

5.3.87 Possibilitar o relacionamento entre a CNAE e os itens de serviços constantes na lista da lei complementar 116/2013 e também com as atualizações e novos itens criados pela Lei Complementar 157/2016.

5.3.88 Permitir realizar a classificação de atividade econômica conforme as opções agropecuária e pesca, indústria, meio ambiente, comércio e serviço.

5.3.89 Permitir o controle de valores relacionados às atividades econômicas, conforme parâmetros definidos pela legislação municipal.

5.3.90 Permitir o cadastro de horários de funcionamento das atividades econômicas.

5.3.91 Permitir que sejam parametrizados todos os tributos, quanto à sua fórmula de cálculo, acréscimos, correção e índices, moedas etc.

5.3.92 Permitir alterações nas fórmulas de cálculo, possibilitando cálculos complementares, e ainda permitir cálculos individuais ou de um grupo de contribuintes.

5.3.93 Possibilitar a cobrança de taxas por prestação de serviços ao contribuinte, por meio do lançamento de uma receita diversa, permitindo registrar o serviço prestado, a receita para qual será lançado o crédito tributário, o contribuinte, o código do processo administrativo que originou o serviço e imóvel ou econômico para qual o serviço será prestado.

5.3.94 Permitir a consulta das receitas diversas cadastradas na Entidade.

5.3.95 Permitir a cobrança de mais de uma taxa no mesmo lançamento, pela alteração do cadastro de empresas, possibilitando definir o tipo de alteração cadastral passível de cobrança de taxa.

5.3.96 Propiciar que seja feito cálculo simulado baseado no histórico de alterações, exercícios anteriores, dados cadastrais do exercício atual, considerando os parâmetros de cálculo do exercício solicitado.

5.3.97 Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.98 Possibilitar em ambiente centralizado, a consulta de informações cadastrais e financeiras de um contribuinte, imóvel ou econômico, oferecendo diversas opções de filtragens.

5.3.99 Permitir gerar extrato da movimentação financeira do contribuinte demonstrando os tributos pagos, em aberto, cancelados ou parcelados, corrigido com valores em aberto, atualizados até a data atual ou data de referência informada pelo usuário.

5.3.100 Indicar a existência de lançamentos ou dívidas suspensas e/ou Lançamentos abaixo do limite.

5.3.101 Permitir a emissão da certidão positiva, negativa e positiva com efeito negativa, para diversas finalidades (configuráveis) para imóveis, econômicos ou contribuintes, verificando os débitos eventualmente existentes de todas as receitas.

5.3.102 Permitir o cadastro e consulta de instituições financeiras para utilização nos processos de arrecadação e integração bancária.

5.3.103 Permitir configuração de modelos de guias e/ou carnês pelo próprio usuário.

5.3.104 Emitir guias e/ou carnês dos créditos tributários e dívida ativa, bem como segunda via desses, imprimindo opcionalmente algumas parcelas. Propiciar também a emissão de notificação de lançamento endereçada aos contribuintes que tiverem lançamentos.

5.3.105 Possibilitar a emissão da segunda via da guia de pagamento, contendo nova data de vencimento no boleto, além dos valores dos acréscimos (correção, juros e multa), calculados até a nova data de vencimento.

5.3.106 Permitir que sejam gerados arquivos para a impressão dos carnês por terceiros.

5.3.107 Poder emitir parcela unificada para pagamento, relacionando todos os débitos correntes, dívidas ativas e parcelas de dívidas em aberto.

5.3.108 Permitir realizar a baixa dos pagamentos dos lançamentos de créditos tributários de forma automática, onde o responsável pela baixa informa o convênio bancário cujas baixas devem ser vinculadas e realiza a importação do arquivo de retorno bancário, contendo a relação dos pagamentos para que o sistema automaticamente localize os lançamentos e registre os respectivos pagamentos.

5.3.109 Permitir ao responsável pela baixa automática de pagamentos, a partir da homologação dos pagamentos, identificar os pagamentos que eventualmente apresentarem alguma inconsistência, podendo realizar a consulta de forma detalhada dos pagamentos realizados em parcelas canceladas, eliminadas, suspensas, já pagas ou pagamentos cujo lançamento não foi identificado.

5.3.110 Permitir o processamento da baixa de arquivos de arrecadação provenientes das instituições financeiras, com registro e acompanhamento do processamento realizado.

5.3.111 Permitir que seja realizada a baixa dos pagamentos dos lançamentos de créditos tributários de forma manual.

5.3.112 Permitir realizar a consulta das baixas manuais de pagamentos registradas no sistema, possibilitando diferenciar as baixas que estão disponíveis para homologar, das baixas que já constam homologadas e ainda permitir buscar por pagamentos que tenham sofrido estorno,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

apresentando convênio, CPF/CNPJ e nome do contribuinte, data do pagamento, data de crédito, valor do pagamento e usuário que realizou a operação.

5.3.113 Permitir o registro e processamento de baixas de pagamentos provenientes de arquivos de arrecadação bancária, conforme informações constantes nos respectivos arquivos de retorno.

5.3.114 Permitir realizar o estorno da baixa de pagamentos realizada a partir da importação de um arquivo de retorno bancário, estornando automaticamente todos os pagamentos relacionados no arquivo.

5.3.115 Permitir a configuração de valores limites de diferenças de arrecadação, aplicáveis em casos de identificação de pagamentos a menor, para geração de parcela complementar.

5.3.116 Permitir realizar a antecipação ou prorrogação de vencimentos de lançamentos de créditos tributários de forma individual para um contribuinte, com a possibilidade de definir o ano do lançamento, número e receita da parcela que deseja alterar o vencimento, informando manualmente uma nova data ou estabelecendo um intervalo de tempo para o novo vencimento.

5.3.117 Possuir cadastro para suspender lançamento integral do crédito tributário.

5.3.118 Permitir a concessão de Remissão ao contribuinte para Débitos e Dívidas.

5.3.119 Permitir o cadastro de benefício fiscal.

5.3.120 Permitir a contabilização dos valores referente aos Débitos, Cancelamentos de Débitos, Dívidas, Cancelamentos de Dívidas, Prescrição de Dívidas, Remissões, Isenções e Imunidades, com os valores das receitas arrecadadas.

5.3.121 Permitir a conferência das arrecadações enviadas para contabilização, podendo visualizar as informações do lote como data, usuário de criação e situação, e ainda detalhar os pagamentos, com a possibilidade de incluir comentários aos pagamentos, realizar o envio dos dados ou excluir o lote em caso de alguma inconsistência.

5.3.122 Permitir a geração de relatórios que contenham informações dos pagamentos de créditos tributários.

5.3.123 Possuir rotina de inscrição em dívida com emissão do livro de dívida ativa, gerando informações sobre o ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), permitindo cálculos de atualizações e acréscimos.

5.3.124 Possuir rotinas de movimentações e alterações de dívidas (anistias, prescrições, cancelamentos, suspensões e estornos).

5.3.125 Permitir realizar a homologação de uma movimentação realizada em Dívida Ativa, com a possibilidade de conferir as informações da dívida bem como os valores onde a movimentação, apenas será efetivada após a conferência e confirmação da operação.

5.3.126 Permitir indicar se determinada receita de crédito tributário poderá ser inscrita em dívida ativa.

5.3.127 Emitir notificação de cobrança administrativa para o contribuinte devedor, com parametrização do conteúdo da notificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.128 Possuir rotina configurável de Parcelamento de Dívida Ativa: Podendo parcelar várias receitas, parcelar outros parcelamentos em aberto; Dívidas executadas; conceder descontos legais através de fórmulas configuráveis; determinar valor mínimo por parcela; Cobranças de taxas de parcelamento.

5.3.129 Permitir ao efetuar o parcelamento de créditos, realizar simulações quanto aos valores do parcelamento, visualizando o valor do tributo, valor de correção, juros, multa e valor total a parcelar, podendo determinar a quantidade de parcelas a gerar, o intervalo e data inicial de vencimento, adicionar reforços e taxas às parcelas, onde para cada valor informado, as parcelas são atualizadas automaticamente pelo sistema.

5.3.130 Permitir a determinação do intervalo de data de vencimento para buscar as parcelas no momento de parcelar um crédito tributário.

5.3.131 Sinalizar na rotina do parcelamento de crédito as dívidas que constam em Protesto e/ou Executadas.

5.3.132 Permitir agregar ao parcelamento de dívidas, a cobrança de outros valores pertinentes a ela, como honorários, juros de financiamento, correção pré-fixada, taxa de expediente etc.

5.3.133 Possibilitar emitir o termo de parcelamento de dívidas ativas e os lançamentos do exercício, permitindo constar no documento, a quantidade de parcelas, valores do tributo, correção, juros, multa, taxas, vencimentos e composição das dívidas que compõem o parcelamento.

5.3.134 Possuir meios para identificação de maneira automática dos parcelamentos em atraso, podendo selecionar o número de parcelas atrasadas que se deseja filtrar, para que seja procedido o cancelamento do parcelamento de acordo com o que prevê a legislação municipal.

5.3.135 Permitir a emissão de relação de contribuintes com maior valor em aberto (maiores devedores) com a possibilidade de visualizar as informações por tipo de lançamento de crédito (débito, dívida ou parcelamento) definindo a quantidade de contribuintes a serem demonstrados, créditos tributários, data inicial do vencimento e data final do vencimento.

5.3.136 Propiciar a emissão de relatório com a posição da dívida ativa em determinada data, permitindo verificar a situação do cadastro da dívida ativa de forma retroativa ou futura.

5.3.137 Permitir anexar documentos ou imagens relacionados aos cadastros ou processos administrativos, registrando a data e hora da inclusão.

5.3.138 Permitir que o usuário visualize as obras que possuem alvará de licença que esteja vencido, devendo considerar alvará vencido, os documentos cuja data de validade é menor que a data atual.

5.3.139 Disponibilizar campos compatíveis ao SisObra, que poderão ser utilizados como base para o cadastro de obras e emissão do alvará e habite-se.

5.3.140 Sistema de Gestão Fiscal

5.3.141 Permitir ao fisco municipal cadastrar pessoas físicas e jurídicas que serão consideradas como contribuintes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.142 Permitir ao fisco municipal registrar os tipos de empresas em que o ISS é calculado conforme suas características, por exemplo, escolas, academias de ginástica, hotéis, motéis, estacionamentos, teatros, salas de espetáculo.

5.3.143 Permitir ao fisco controlar as movimentações relativas ao porte da empresa no cadastro de contribuintes.

5.3.144 Disponibilizar para uso do fisco a relação padrão da lista de serviço anexa a Lei 116/03, possibilitando a visualização dos itens, subitens e suas respectivas descrições.

5.3.145 Permitir a manutenção da lista de serviços conforme a Lei Complementar nº 116/2003, possibilitando sua adequação à legislação municipal vigente.

5.3.146 Possibilitar a atualização da lista de serviços e parâmetros relacionados aos tributos, conforme legislação vigente.

5.3.147 Manter histórico das alterações realizadas na lista de serviços.

5.3.148 Permitir a criação e manutenção de subdivisões ou detalhamentos na lista de serviços, conforme necessidade da legislação municipal.

5.3.149 Permitir configurar o relacionamento da CNAE a lista de serviço da Lei Complementar 116/2003, permitindo que para cada subitem da lista, seja indicado CNAE correspondente.

5.3.150 Permitir ao fisco municipal cadastrar feriados para definição das datas de vencimentos dos créditos tributários.

5.3.151 Permitir adicionar e consultar indexadores, para que sejam atribuídos a um lançamento de crédito tributário, possibilitando classificar o reajuste por indexador ou moeda corrente e adicionar movimentações de valor por data, conforme os índices econômicos estabelecidos.

5.3.152 Possibilitar ao fisco municipal registrar os tipos de documentos que serão solicitados ao fiscalizado durante o processo de fiscalização, e ainda segregado por categoria econômica como instituição financeira, construção e cartório.

5.3.153 Permitir ao fisco municipal configurar valores de taxa de expediente a serem gerados aos contribuintes ao constituir o crédito tributário, além de manter um histórico de movimentação dos registros.

5.3.154 Possibilitar ao fiscal gestor incluir, alterar e desativar o registro dos agentes fiscais responsáveis pelos procedimentos da fiscalização.

5.3.155 Permitir ao usuário fiscal inserir e alterar os dados das Infrações no sistema. Durante o registro e a modificação, deverá ser permitido determinar a quantia ou o percentual da infração conforme legislação municipal.

5.3.156 Permitir parametrizar regras de penalidades e eventuais reduções conforme legislação municipal.

5.3.157 Permitir ao fiscal municipal lavrar o auto de infração com a possibilidade de adicionar os dados da penalidade, com destaque ao nome, valor, percentual da infração e desconto caso a lei permita.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.158 Permitir ao fisco municipal fazer a emissão da notificação do lançamento e do termo de auto de infração inerente às penalidades cometidas pelo infrator com modelo customizável ou padrão oferecido pela ferramenta.

5.3.159 Permitir o registro da forma de ciência ou entrega das notificações e autos de infração ao contribuinte.

5.3.160 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre a notificação do lançamento e termo do auto de infração, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.161 Possibilitar a visualização de todas as informações da notificação do lançamento e do termo do auto de infração, a situação, o prazo, nome do fiscal e a data da geração.

5.3.162 Permitir a consulta do lançamento da infração e emitir a respectiva guia de pagamento.

5.3.163 Permitir o registro do lançamento decorrente de auto de infração no controle tributário do município.

5.3.164 Permitir ao fisco definir a data de vencimento da notificação de lançamento do auto de infração e ainda prorrogar quando necessário.

5.3.165 Possibilitar ao fisco ao lavrar o auto de infração e possibilitar a cada infração calcular o valor utilizando-se de fatores agravantes ou atenuantes conforme definido na legislação municipal.

5.3.166 Permitir a emissão de documentos relacionados às ações fiscais, conforme modelos definidos pela administração tributária.

5.3.167 Permitir registrar a forma de entrega ou ciência dos documentos emitidos durante o processo de fiscalização.

5.3.168 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre a diligência fiscal, auto de apreensão, de embargo, de interdição, suspensão e cassação de atividades econômicas, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.169 Permitir a autoridade fiscal iniciar os procedimentos de fiscalização a partir do cadastro da ação fiscal, durante esse processo deve permitir a emissão do termo de início da fiscalização, bem como a intimação seguindo as regras e fases do processo fiscal.

5.3.170 Permitir ao fisco a registrar ação fiscal oriunda da confissão espontânea da obrigação tributária não cumprida. Possibilitando registrar a ação fiscal, a apuração e a geração do lançamento do tributo conforme a legislação e os documentos fiscais apresentados pelo contribuinte.

5.3.171 Permitir o registro da forma de entrega da intimação fiscal ao contribuinte.

5.3.172 Permitir cadastrar formas de divulgação da intimação fiscal por edital, inserindo um nome do meio de comunicação que será publicado, e identificar se o edital foi publicado em jornais de circulação municipal, estadual, nacional, em diários oficiais ou no mural do da prefeitura.

5.3.173 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre a intimação fiscal, exibindo data e horário de cada etapa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.174 Possibilitar a visualização de todas as informações da intimação fiscal, a situação, o prazo, nome do fiscal e a data da geração.

5.3.175 Permitir ao fisco municipal gerar e movimentar as intimações que visam estabelecer obrigação ao contribuinte, de acordo com o processo administrativo fiscal.

5.3.176 Permitir a emissão do termo de apreensão dos documentos solicitados ao fiscalizado, possibilitando a emissão de modelo customizado ou o oferecido pelo sistema, a qualquer momento durante o processo administrativo fiscal.

5.3.177 Permitir a emissão e a reemissão do termo de início de fiscalização.

5.3.178 Possibilitar ao fisco municipal apurar possível diferença do ISS nos serviços prestados, comparando quanto foi declarado pelo contribuinte e quanto foi apurado pelo fisco. O sistema deverá exibir as informações da Apuração Fiscal de forma agrupada por ano e competência;

5.3.179 Possibilitar ao fisco municipal apurar possível diferença do ISS nos serviços prestados para o documento fiscal de forma individualizada.

5.3.180 Permitir a alteração da alíquota do ISS individual para cada documento fiscal declarado pelo contribuinte, ou ainda, modificar a alíquota para todas notas fiscais de determinado item da lista de serviço, por ano e item da lista de serviço, possibilitar também apenas por ano e para todos os documentos fiscais contida nas competências que está sendo fiscalizada.

5.3.181 Possibilitar ao fisco municipal indicar o período inicial e final, bem como a data de vencimento das competências para geração do lançamento tributário com diferença no valor do ISS.

5.3.182 Propiciar a consulta de ações fiscais por fiscal.

5.3.183 Permitir ao fisco a emissão do termo de ocorrência para um modelo padrão ou modelo personalizado em qualquer momento durante o processo administrativo fiscal.

5.3.184 Permitir a emissão do termo de prorrogação da fiscalização, utilizando um modelo padrão ou modelo personalizado, a qualquer momento durante o processo administrativo fiscal.

5.3.185 Possibilitar ao fisco municipal gerar a notificação do lançamento do crédito tributário do ISS em virtude da apuração fiscal.

5.3.186 Possibilitar a emissão da notificação de lançamento do ISS.

5.3.187 Permitir a consulta dos lançamentos tributários e emitir as respectivas guias de pagamento.

5.3.188 Enviar para o sistema tributário de arrecadação os lançamentos tributários oriundos dos processos administrativos fiscais.

5.3.189 Permitir ao usuário fiscal a capacidade de definir um novo vencimento para o pagamento do ISS ou do auto de infração. O sistema deverá permitir informar uma quantidade em dias, e deverá calcular o vencimento automaticamente, caso a data do vencimento for cair em um feriado ou final de semana, o vencimento deverá ser alterado para o próximo dia útil.

5.3.190 Possibilitar ao fisco fazer o cancelamento da notificação de lançamento diante da diferença encontrada na apuração do ISS ou o lançamento do auto de infração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.191 Permitir ao fisco prorrogar a data para o contribuinte se manifestar de alegações da notificação do lançamento do ISS apurado.

5.3.192 Permitir a suspensão do lançamento tributário do ISS ou do auto de infração através do pedido de impugnação pelo contribuinte, diante de lançamento ato administrativo pelo fiscal.

5.3.193 Permitir ao fisco, durante o período de apreciação, manifestar a decisão com provimento ou não do pedido de impugnação do contribuinte.

5.3.194 Permitir que o julgador de processos tributários envie para 2ª instância o pedido de impugnação para apreciação pelo conselho do contribuinte ou o responsável.

5.3.195 Permitir que o usuário fiscal identifique se o pedido de impugnação e o pedido de recurso foram solicitados dentro do tempo devido, identificando os tempestivos e os intempestivos.

5.3.196 Permitir ao fisco municipal controlar a forma de entrega e a ciência do contribuinte no resultado da decisão do pedido de impugnação e no pedido de recursos, acompanhando a entrega através da publicação em edital com destaque na fonte da divulgação, pelo correio e a entrega diretamente ao contribuinte.

5.3.197 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre o resultado da decisão do pedido de impugnação e do pedido de recurso, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.198 Permitir ao fisco fazer as considerações no valor do lançamento do ISS impugnado diante da decisão do fiscal responsável pelo julgamento, permitir modificar, adicionar e impugnar por competência e item da lista de serviço.

5.3.199 Permitir ao fisco fazer as considerações no valor do auto de infração impugnado diante da decisão do fiscal responsável pelo julgamento, permitir modificar, adicionar e impugnar por competência e item da lista de serviço.

5.3.200 Permitir ao fisco o envio de ofício do pedido de impugnação para 2ª instância, considerando o valor do ISS definido em lei que permite ao fiscal responsável mandar para apreciação do conselho do contribuinte.

5.3.201 Permitir ao fisco identificar o pedido de impugnação e o pedido de recurso por resultado da decisão, identificando os que beneficiam o contribuinte daqueles que são favoráveis ao município.

5.3.202 Permitir ao fisco conhecer o valor do ISS modificado diante da decisão do fiscal que julga os processos de impugnação antes da confirmação e constituir o crédito tributário com o novo valor.

5.3.203 Permitir ao fisco controlar o sujeito passivo que foi comunicado sobre processo fiscal ou auto de infração lavrado, e concedido prazo para se manifestar e não o fez, precisando fazer registro e emissão do termo de revelia.

5.3.204 A solução de gestão do processo fiscal, terá que controlar automaticamente o prazo para o contribuinte se manifestar a partir de sua ciência ao receber a notificação do ISS e das infrações cometidas pelo sujeito passivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.205 Permitir ao fisco emitir o termo de encerramento da fiscalização no modelo customizado pela equipe de fiscalização ou a partir do relatório disponível na solução de gestão do ISS.

5.3.206 Permitir ao fisco gerar o lançamento do ISS arbitrariamente pela omissão de informações pelo contribuinte, descrevendo os elementos definidos na legislação que compõe a base de cálculo arbitrada e aplicando a alíquota do ISS do item da lista de serviço prestada pelo contribuinte.

5.3.207 Permitir fazer a emissão do termo de arbitramento no modelo customizado ou a partir do disponível pelo sistema, e ainda o seu cancelamento.

5.3.208 Permitir ao fisco municipal controlar a forma de entrega e a ciência do contribuinte da notificação de lançamento do ISS arbitrado, permitindo o acompanhamento da entrega através da publicação em edital com destaque na fonte da divulgação, pelo correio e a entrega diretamente ao contribuinte.

5.3.209 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte da notificação do lançamento do ISS arbitrado, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.210 Permitir ao fisco prorrogar a data para o contribuinte se manifestar de alegações da notificação do lançamento do ISS arbitrado.

5.3.211 Possuir rotina para arbitrar o ISS e é possível incluir um novo processo e pesquisar os arbitramentos já cadastrados.

5.3.212 Possibilitar ao fisco controlar a apuração fiscal dos serviços prestados pela instituição financeira, comparando o que foi declarado pelo contribuinte e o apurado pelo fisco.

5.3.213 Possibilitar que o fisco realize a importação das informações fiscais declaradas no ambiente digital da Receita Federal pelos contribuintes optantes do simples nacional, através do arquivo PGDAS-D.

5.3.214 Oportunizar a autoridade fiscal e ao contribuinte acompanhar a divergência da receita bruta informada no PGDAS-D comparada com o valor do serviço declarado, para viabilizar o sincronismo das informações entre o contribuinte e a administração tributária do município.

5.3.215 Possibilitar ao usuário fiscal importar os arquivos com as movimentações de Eventos e Períodos do Simples Nacional e SIMEI.

5.3.216 Possibilitar ao fisco a visualização do resultado do cruzamento entre as informações oriundas do arquivo de movimentações de Períodos e SIMEI da Receita Federal com o Cadastro do Contribuinte.

5.3.217 Permitir vincular o contribuinte registrado no cadastro municipal com o registro do Cartório oriundo do CNJ.

5.3.218 Permitir a definição dos percentuais que configuram divergência entre o valor declarado pelo cartório no CNJ e no município.

5.3.219 Permitir a importação dos dados declarados pelos cartórios no CNJ.

5.3.220 Permitir a disponibilização do indicador que demonstre a lista dos cartórios que não possuem vínculo com algum contribuinte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.221 Permitir a visualização dos dados importados do CNJ e do sistema de escrituração eletrônica Municipal e as eventuais divergências.

5.3.222 Permitir a visualização do total declarado pelos cartórios no CNJ e do total declarado no sistema de escrituração eletrônica Municipal.

5.3.223 Permitir o fisco conhecer a diferença no valor do ISS diante das notas fiscais emitidas comparada com a movimentação através de cartão de crédito ou débito. Importar na solução de gestão do ISS os dados oferecidos pela Secretaria estadual da fazenda para aqueles contribuintes estabelecidos nos municípios que operaram com as administradoras de cartão.

5.3.224 Permitir ao fisco gerar o lançamento do ISS através do regime de estimativa, informando os elementos definidos na legislação que compõe a base de cálculo estimado e aplica a alíquota do ISS para o item da lista de serviço prestado pelo contribuinte.

5.3.225 Permitir a emissão do documento de estimativa fiscal no modelo customizado ou a partir do disponibilizado pelo sistema, e ainda o seu cancelamento.

5.3.226 Permitir ao fisco municipal controlar a forma de entrega e a ciência do contribuinte da notificação de lançamento do ISS estimado, permitindo o acompanhamento da entrega através da publicação em edital, com destaque na fonte de divulgação, pelo correio e a entrega diretamente ao contribuinte.

5.3.227 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte da notificação do lançamento do ISS estimado, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.228 Permitir ao fisco prorrogar a data para o contribuinte se manifestar de alegações da notificação do lançamento do ISS estimado.

5.3.229 Possuir rotina para estimar o ISS e é possível incluir novo processo e pesquisar o registro das estimativas do ISS cadastradas.

5.3.230 Possibilitar ao fisco municipal se comunicar com o contribuinte de forma eletrônica, destinando a cientificar o contribuinte no envio de intimações, avisos e demais documentos pertinentes ao processo fiscal, e ainda quaisquer assuntos relevantes da administração tributária.

5.3.231 Permitir ao fisco municipal enviar a comunicação eletrônica em lote ou individualizada. Sendo por lote deverá disponibilizar opções para selecionar os sujeitos passivos, pela modalidade do ISS, regime tributário, porte da empresa, para a instituição financeira, cartórios, construção civil e demais tipos de prestadores de serviços.

5.3.232 Permitir ao fisco identificar de forma sistemática e de fácil uso as comunicações que foram enviadas, as que ainda estão pendentes para envio e as finalizadas.

5.3.233 No controle da comunicação eletrônico tem que permitir o diálogo entre o fisco e o contribuinte, permitindo que o contribuinte responda ao questionamento atribuído a ele. Com a possibilidade de o sujeito passivo anexar documentos para a análise do fisco.

5.3.234 Permitir ao fisco visualizar a data e horário que o contribuinte visualizou a comunicação eletrônica e também os diálogos recebidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.235 Permitir ao fisco identificar a comunicação eletrônica que está pendente consigo e com o contribuinte e as finalizadas.

5.3.236 A solução deverá permitir ao fisco gerenciar o prazo para que a comunicação eletrônica seja de conhecimento do contribuinte, configurando a quantidade de dias definidos na legislação, e ainda deve cientificar automaticamente se decorrido o prazo exigido.

5.3.237 Permitir ao fisco indicar a vontade de monitorar o contribuinte, mostrando em destaque nas rotinas da solução de gestão do ISS o sujeito passivo que terá a movimentação fiscal e financeira observada com mais precisão pela autoridade fiscal.

5.3.238 Permitir ao gestor da fiscalização tributária fazer o controle da produtividade do corpo de fiscais. Conceder ao gestor o controle total na visualização das atividades produtivas de cada fiscal. E cada autoridade fiscal terá acesso às suas próprias atividades.

5.3.239 A solução de ISS terá que possibilitar o registro das atividades produtividade e a pontuação conforme legislação municipal.

5.3.240 Possibilitar ao fisco fazer a emissão do relatório customizado ou o do sistema que mostra as atividades e a produtividade para que o fiscal possa receber a devida remuneração pela pontuação.

5.3.241 A solução do ISS terá que disponibilizar o controle da ordem de serviço, que deverá possibilitar o planejamento e a execução das atividades dos auditores fiscais, dando transparência nas ações realizadas pela fiscalização tributária.

5.3.242 Permitir ao fisco responsável visualizar apenas as ordens de serviços que foram direcionadas para si. E o chefe da fiscalização possui acesso às ordens de serviços de todo o corpo de fiscais ou apenas daquele que desejar.

5.3.243 Permitir ao chefe da equipe de fiscalização tributário identificar se a ordem de serviço foi iniciada dentro ou fora do prazo definido na legislação ou administração tributária. E caso necessário permitir conceder novo prazo ou encerrar a ordem de serviço.

5.3.244 A solução de gestão do ISS terá que possibilitar à equipe tributária definir o prazo de início da análise da ordem de serviço, definido pela legislação vigente do município ou pela administração tributária.

5.3.245 Permitir ao fisco vincular a ordem de serviço ao processo fiscal e ou auto de infração.

5.3.246 Permitir ao fisco chefe da equipe de fiscalização fazer o cancelamento da ordem de serviço.

5.3.247 Permitir a equipe da fiscalização tributário registrar variedade de serviços realizados pelo fisco que serão atrelados e realizados na ordem de serviços.

5.3.248 A solução de gestão do ISS terá que mostrar painel gerencial para acompanhamento pelo fisco gestor da situação os dados de todas as ordens de serviços registradas. Apresentando a quantidade de ordem de serviço iniciadas fora do prazo e o fiscal responsável, a quantidade de ordem de serviço que estão pendentes para análise, as que estão em análise, pendente com o fiscal gestor ou com o fiscal responsável, aquelas ordens de serviço que estão no prazo e as vencidas para iniciar a análise, e por fim, a quantidade de ordem de serviço para cada fiscal responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.249 A solução de gestão do ISS terá que mostrar painel gerencial para o fisco responsável pela análise da ordem de serviço, apresentando a quantidade de ordem de serviço por variedades de serviços, a quantidade de ordem de serviço que está aguardando a análise e também as que estão em análise, mostrar também a ordem de serviço iniciada fora do prazo e as que estão perto de vencer.

5.3.250 Permitir ao fisco durante a análise da ordem de serviço fazer a emissão da notificação preliminar, fazendo em modelo customizado ou o disponibilizado pelo sistema.

5.3.251 Permitir ao fisco municipal controlar a forma de entrega e a ciência do contribuinte da notificação preliminar, acompanhando através da publicação em edital, com destaque na fonte de divulgação, pelo correio e a entrega diretamente ao contribuinte.

5.3.252 Permitir o fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre o recebimento da notificação preliminar, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.253 A solução de gestão do ISS terá que identificar o prazo em que o contribuinte pode regularizar a situação notificada pelo fisco, por meio da notificação preliminar, a partir da ciência do contribuinte.

5.3.254 Conceder prazo para o contribuinte regularizar a situação oriunda da notificação preliminar.

5.3.255 Permitir ao fiscal adicionar os documentos que permite a administração tributária atuar antes de autuar o contribuinte diante das infrações cometidas, emitindo a diligência fiscal, auto de apreensão, auto de embargo, de interdição, suspensão e cassação de atividade econômicas, e ainda selecionar o modelo customizado ou o disponibilizado pelo sistema.

5.3.256 Permitir ao fiscal municipal controlar a forma de entrega dos documentos necessários antes da autuação das infrações cometidas pelo contribuinte, o registro da entrega para cada documento através da publicação de edital, identificando a fonte de divulgação, através do correio e da entrega pessoal.

5.3.257 Permitir ao fisco acompanhar as informações sobre todas as etapas da entrega e da ciência do contribuinte sobre a diligência fiscal, auto de apreensão, de embargo, de interdição, suspensão e cassação de atividades econômicas, exibindo data e horário de cada etapa.

5.3.258 A solução de gestão do ISS, terá que permitir à equipe da fiscalização tributário anexar planilhas e documentos no procedimento fiscal.

5.3.259 A solução de gestão do ISS deverá permitir à equipe de fiscais controlar os atos administrativos nas suas próprias áreas de atuação. O fisco tem a possibilidade de vincular as infrações, às variáveis de atividade da ordem de serviço e a autoridade fiscal conforme a estrutura organizacional adotada pela administração tributária.

5.3.260 Permitir que o procedimento administrativo fiscal esteja vinculado a área de atuação conforme estrutura adotada pela administração tributária.

5.3.261 Possibilitar que o fiscal tenha permissão para acessar demais áreas de atuação conforme necessidade e definição pelo setor de fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.262 A solução de gestão de ISS deverá possibilitar que o fisco crie e desabilite a área de atuação que sofreu modificações diante da necessidade na mudança da estrutura administrativa e tributária.

Gestão de Nota Fiscal Eletrônica

5.3.263 O sistema deverá permitir o gerenciamento completo das solicitações de acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), possibilitando análise, deferimento ou indeferimento pelo fisco municipal, bem como acompanhamento da situação pelo contribuinte.:

5.3.264 O sistema deve disponibilizar diferentes modelos padrões de nota fiscal para uso pelo município, permitindo ainda que estes modelos de documento possam ser personalizados.

5.3.265 Permitir por meio de configuração em tela do sistema, as mensagens a serem apresentadas no documento da nota fiscal, de acordo com as características da nota fiscal. Nessa configuração deve ser possível definir se a mensagem será exibida e configurar o texto da mensagem.

5.3.266 Permitir a emissão eletrônica de notas fiscais de serviços, contendo validade jurídica por certificação digital, sendo o certificado do tipo A1 ou A3 da ICP-Brasil.

5.3.267 Permitir que seja adicionado mais de um serviço na mesma nota fiscal, seja para itens da lista de serviço iguais ou distintos.

5.3.268 Permitir que o prestador informe o intermediário do serviço na nota fiscal.

5.3.269 Permitir que o prestador informe a situação tributária da nota fiscal, para os casos de tributação direta ao município, retenção e substituição tributária.

5.3.270 Permitir que o prestador informe para cada serviço da nota fiscal os seguintes valores: valor unitário do serviço, quantidade de serviço, valor de desconto condicionado, valor de desconto incondicionado e valor de dedução.

5.3.271 Possibilitar ao fisco municipal controlar os prestadores que podem informar descontos e deduções na nota fiscal, controlando se for o caso, determinados prestadores e determinados serviços.

5.3.272 Permitir visualizar uma prévia da nota fiscal eletrônica antes de efetivar sua emissão.

5.3.273 O sistema deverá permitir a assinatura eletrônica das notas fiscais eletrônicas, quando aplicável, conforme padrões de certificação digital vigentes.

5.3.274 Possibilitar a identificação na visualização da nota se ela está assinada digitalmente ou não e qual o tipo de certificado utilizado (Digital ou ICP Brasil).

5.3.275 Possibilitar a informação das condições de pagamento na nota fiscal eletrônica de serviços. Tratando-se de condições a prazo deverá ser informada a quantidade de parcelas, as datas de vencimento e o valor de cada uma.

5.3.276 Enviar e-mail ao tomador do serviço quando a nota fiscal eletrônica de serviços prestados for emitida.

5.3.277 Permitir que seja configurado uma relação de e-mails padrão do prestador para que sejam sugeridos em novas emissões, podendo ainda além desses padrões, incluir outros e-mails diretamente pela tela de emissão, ou também, removê-los.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.278 Permitir ao prestador personalizar discriminações dos serviços para agilizar o preenchimento da nota fiscal, deixando-as predefinidas para cada item da lista de serviço relacionado ao seu cadastro. No momento do cadastro, o sistema deve permitir ao prestador consultar a relação de discriminações predefinidas dando condições se selecionar a desejada.

5.3.279 As notas fiscais eletrônicas emitidas deverão permitir integração com os demais módulos do sistema tributário municipal e com outros sistemas utilizados pela administração pública, por meio de APIs, webservices ou outros mecanismos de interoperabilidade que possibilitem o intercâmbio de dados entre sistemas.

5.3.280 Possuir ambiente que permita ao fisco municipal configurar artefatos de validação para a emissão de nota fiscal, dando condições para que a nota fiscal seja impedida de ser emitida caso não atenda os critérios estabelecidos pela legislação do município.

5.3.281 Permitir ao Contribuinte a emissão de guia de recolhimento referente às notas fiscais de serviço eletrônicas.

5.3.282 Permitir que o contribuinte escolha quais as notas de serviço eletrônica componham a guia de recolhimento.

5.3.283 Possibilitar o intercâmbio automático de dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário.

5.3.284 Permitir que o prestador do serviço cancele a guia de pagamento gerada, para que as notas fiscais possam ficar disponíveis para nova geração.

5.3.285 Permitir que o prestador registre uma solicitação de cancelamento da guia de pagamento, para os casos onde o prazo permitido pelo município ultrapassou. Dessa forma a guia será cancelada mediante análise de deferimento por parte do fisco municipal.

5.3.286 Permitir que o contribuinte efetue alterações nas informações do Telefone, Fax, Celular e E-mail sem ter que entrar em contato com o fisco municipal.

5.3.287 Permitir que o contribuinte copie uma nota fiscal já emitida para a geração de uma nova nota.

5.3.288 Possibilitar que o prestador do serviço, através de tela de emissão de notas fiscais, consulte a relação de tomadores registrados.

5.3.289 Permitir que o prestador possa por meio de configuração, autorizar outras pessoas a serem responsáveis por emitir e assinar digitalmente notas eletrônicas.

5.3.290 Possibilitar que o prestador de serviço liberado para emitir nota fiscal de serviços eletrônicos, possa personalizar sua nota com o logotipo de sua empresa.

5.3.291 Possibilitar a exibição do site do prestador, bem como as informações da inscrição municipal e estadual na impressão da nota fiscal de serviço.

5.3.292 Possibilitar a emissão de nota fiscal com a situação “descontado pela prefeitura”, por parte dos tomadores de serviços, a fim de obter o funcionamento de uma nota retida.

5.3.293 Possibilitar a substituição de nota fiscal de serviço eletrônica, permitindo que a mesma nota (substituta), substitua apenas uma ou várias notas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.294 Possuir ambiente que permita ao fisco municipal configurar artefatos de validação para a substituição da nota fiscal, dando condições para que a substituição seja impedida de ser efetuada caso não atenda os critérios estabelecidos pelo município.

5.3.295 Possuir ambiente que permita ao fisco municipal configurar artefatos de validação para o cancelamento da nota fiscal, dando condições para que o cancelamento seja impedido de ser efetuado caso não atenda os critérios estabelecidos pelo município.

5.3.296 Possibilitar que o prestador de serviço cancele a nota fiscal emitida, podendo cancelar a nota individualmente ou em lote, com a possibilidade de inclusão de anexos.

5.3.297 Permitir que o contribuinte solicite o cancelamento de nota fiscal, ainda que ultrapassado os limites da configuração do sistema, tendo em vista que haverá apreciação posterior do fiscal que deverá analisar a referida solicitação, com a possibilidade de inclusão de anexos.

5.3.298 Permitir que o contribuinte solicite a substituição de nota fiscal, ainda que ultrapassado os limites da configuração do sistema, tendo em vista que haverá apreciação posterior do fiscal que deverá Deferir ou Indeferir tal solicitação, com a possibilidade de inclusão de anexos.

5.3.299 Permitir a emissão de notas avulsas e realizar movimentações na situação da mesma, com a opção de anular a nota, realizar uma cópia ou fazer a sua emissão.

5.3.300 Permitir a consulta das notas fiscais avulsas cadastradas, visualizando as informações de número e série, data de emissão, nomes do prestador e do tomador, consulta dos serviços vinculados a nota, valor total da nota, valor de ISSQN, visualizar se o imposto foi lançado ou não e verificar a situação da nota.

5.3.301 Permitir emissão da nota fiscal avulsa somente após quitação do imposto devido pelo prestador de serviços incidente na mesma.

5.3.302 Possibilitar o controle do usuário que deferiu ou indeferiu uma solicitação de cancelamento de notas.

5.3.303 Possibilitar o controle do usuário que deferiu ou indeferiu uma solicitação de substituição de notas.

5.3.304 Possibilitar que o prestador, mediante permissão do município, possa realizar o estorno da substituição de notas fiscais.

5.3.305 Permitir que o contribuinte solicite o estorno da substituição de nota fiscal, tendo em vista que haverá apreciação posterior do fiscal que deverá Deferir ou Indeferir tal solicitação, com a possibilidade de inclusão de anexos.

5.3.306 Permitir que o contribuinte solicite o estorno do cancelamento da nota fiscal, tendo em vista que haverá a apreciação posterior do fiscal que deverá Deferir ou Indeferir tal solicitação, com a possibilidade de inclusão de anexos.

5.3.307 Permitir a correção de algumas informações (endereço, contato, outras informações, condição de pagamento e discriminação do serviço) da nota fiscal eletrônica gerada por meio da carta de correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.308 Permitir a visualização acerca da carga tributária dos serviços prestados, através da emissão de nota eletrônica.

5.3.309 Possibilitar ao Contribuinte a exportação de todas as notas fiscais no formato XML.

5.3.310 Permitir ao contribuinte prestador de serviços, emitir relatório de notas fiscais emitidas, possibilitando ordenar as informações por número da nota, data de emissão da nota, valor do serviço ou valor do ISS.

5.3.311 Permitir a criação de contrassenha (CAPTCHA), caso o contribuinte erre a senha do seu respectivo usuário 3 vezes seguidas.

5.3.312 Permitir que o fisco municipal consulte os prestadores de serviços do município de acordo com a situação da autorização para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), possibilitando a listagem de:

- a) os prestadores que não possuem autorização.
- b) os prestadores que estão aguardando a autorização ser concedida.
- c) os prestadores autorizados.
- d) os prestadores com autorização suspensa temporariamente.
- e) os prestadores desautorizados.

5.3.313 Permitir ao fisco municipal gerenciar os cadastros dos prestadores de serviços do município, possibilitando a manutenção cadastral com inclusão e atualização de informações, tais como: dados pessoais ou empresariais, endereço, dados de contato, atividades econômicas vinculadas ao prestador, benefícios fiscais aplicáveis, endereço eletrônico (e-mail), informações relacionadas ao enquadramento no Simples Nacional, porte da empresa.

5.3.314 Possibilitar que o tomador de serviço registre comunicação ou denúncia quanto a não conversão do RPS em nota fiscal de serviço eletrônica dentro do prazo legal.

5.3.315 Possibilitar a consulta pública de autenticidade da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, mediante a informação de dados de identificação do documento, tais como CPF ou CNPJ do prestador, número da nota e código de verificação.

5.3.316 Permitir ao fiscal controlar a sequência de numeração das notas fiscais emitidas, podendo autorizar ou impedir alterações conforme regras de controle definidas pelo município.

5.3.317 Possibilitar a configuração das regras para cancelamento de notas fiscais eletrônicas de serviços pelo prestador.

5.3.318 Possuir configuração de convênios bancários para parametrização dos dados necessários à emissão de guias de pagamento.

5.3.319 Possuir funcionalidade que permita configurar fórmulas de acréscimos legais (correção monetária, juros e multa), possibilitando a emissão de guias de pagamento atualizadas conforme o vencimento estabelecido.

5.3.320 Possuir cadastro de indexadores ou índices de atualização monetária utilizados pelo município para fins de cálculo de acréscimos legais.

5.3.321 Possuir cadastro de feriados nacionais, estaduais e municipais para aplicação nas regras de cálculo e vencimentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.322 Possibilitar que o município registre e gerencie as competências do exercício para geração das notas fiscais, conforme legislação municipal.

5.3.323 Possibilitar a configuração de valor mínimo para geração de guias de pagamento.

5.3.324 Possibilitar que o prestador gere as guias de pagamento das notas fiscais emitidas.

5.3.325 Possibilitar que o fisco municipal gere as guias de pagamento das notas fiscais emitidas pelos prestadores do município.

5.3.326 Possibilitar a configuração do sistema para geração automática de guias de pagamento quando existirem notas fiscais pendentes de geração de guia em competências anteriores.

5.3.327 Possuir notificação ao contribuinte indicando a existência de notas fiscais pendentes de geração da guia de pagamento em anos anteriores.

5.3.328 Possuir notificação ao contribuinte indicando a existência de guias pendentes de pagamento em anos anteriores.

5.3.329 Permitir ao contribuinte consultar as guias de pagamento geradas, podendo filtrar por Ano, Competência, Tipo, Vencimento e Situação (Aberta, Cancelada, Abaixo do limite, Pagamento compensado, Em fiscalização, Parcelada, Benefícios fiscais, Paga, Suspensa e Inscrita em dívida ativa).

5.3.330 Permitir ao contribuinte visualizar detalhadamente as movimentações dos saldos gerados, podendo ainda saber o valor atual de saldo liberado ou bloqueado que contém.

5.3.331 Permitir a parametrização do sistema para que os contribuintes do tipo pessoa física enquadrada como Fixo e Microempreendedor Individual - MEI não sejam obrigados a emitir notas fiscais eletrônicas de serviço com certificado digital.

5.3.332 Permitir selecionar qual modelo deve ser utilizado para visualização da NFS-e.

5.3.333 Permitir que o contribuinte visualize seus dados cadastrais contidos na base de dados do município, sem ter necessidade de entrar em contato com o município.

5.3.334 Permitir que o sistema gere as competências para o exercício seguinte de forma automática, caso essas não tenham sido geradas até o dia 31/12.

5.3.335 Permitir o bloqueio automático de emissão de notas do contribuinte caso ele não emita nenhuma nota em até determinado dia (conforme configuração) após o deferimento da sua respectiva solicitação de acesso ele deve ser comunicado por e-mail que teve a emissão de notas bloqueada.

5.3.336 Permitir a movimentação da natureza da operação de uma determinada nota para "Exigibilidade Suspensa por processo administrativo", "Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo", "Imune" ou "Isenção".

5.3.337 Permitir ao fiscal realizar a manutenção de notas fiscais emitidas, alterando as seguintes informações: deduções fiscais, alteração do regime tributário (optante e não optante do Simples Nacional), alíquota e natureza de operação.

5.3.338 Possibilitar que o fiscal altere as notas fiscais de um contribuinte que não está mais enquadrado como Simples Nacional para Optante do Simples Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.339 Possibilitar que o fiscal realize a alteração do enquadramento tributário das notas fiscais de um contribuinte entre os regimes de optante e não optante pelo Simples Nacional, conforme alterações cadastrais ou administrativas.

5.3.340 Permitir o controle e gerenciamento de saldos financeiros ou créditos tributários vinculados aos contribuintes, possibilitando consulta, liberação, bloqueio e utilização conforme regras configuradas pelo município.

5.3.341 Permitir que o fiscal realize o cancelamento de guias de pagamento emitidas para contribuintes, inclusive quando estiverem vencidas, respeitando as permissões e parametrizações do sistema.

5.3.342 Possibilitar a exportação das notas fiscais de serviços prestados e tomados no formato XML.

5.3.343 Permitir ao município a adequação das alíquotas dos serviços tributáveis em regime de emissão eletrônica de notas fiscais de serviço, exibindo inclusive o histórico de alterações deste valor.

5.3.344 Permitir ao município definir alíquotas específicas por prestador, quando permitido pela legislação municipal.

5.3.345 Permitir que contribuintes optantes pelo Simples Nacional utilizem alíquota municipal quando ultrapassarem os limites de faturamento estabelecidos pela legislação vigente, possibilitando a emissão da nota fiscal com geração da respectiva guia de pagamento conforme o regime aplicável.

5.3.346 Possibilitar o recebimento de lotes de RPS para geração de notas fiscais de serviço eletrônicas por meio de integração com sistemas externos, utilizando mecanismos de comunicação eletrônica.

5.3.347 Possibilitar o recebimento de lotes de RPS via importação de arquivos XML para geração de notas fiscais de serviço eletrônicas.

5.3.348 Permitir que o contribuinte realize testes de recebimento de lotes de RPS em um ambiente específico para homologação, com ativação exclusiva pelo prestador a qualquer momento.

5.3.349 Disponibilizar ambiente no sistema para que o prestador de serviço possa consultar o status do processamento dos lotes de RPS enviados, podendo visualizar:

- a) data e hora de envio e conclusão do processamento.
- b) número do lote.
- c) número do protocolo de controle.
- d) situação do processamento.
- e) número do RPS.
- f) série do RPS.
- g) data de emissão do RPS.
- h) situação da conversão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

- i) limite para conversão.
- j) número da nota fiscal.
- k) competência da nota fiscal.
- l) mensagem de erro quando houver.

5.3.350 Possibilitar a consulta de lotes de RPS enviados ao sistema, permitindo visualizar informações de processamento, detalhamento de erros, download do arquivo enviado e reenvio quando necessário.

5.3.351 Possibilitar ao fiscal a consulta de RPS convertidos fora do prazo.

5.3.352 Possibilitar a consulta de notas fiscais oriundas de integração com sistemas externos.

5.3.353 Permitir a autorização para impressão de RPS.

5.3.354 Permitir a consulta e análise das solicitações de autorização para impressão de RPS pendentes de avaliação pela fiscalização.

5.3.355 Permitir a reutilização de numeração de RPS caso a situação da solicitação em que ele está contido seja indeferida.

5.3.356 Possibilitar que o contribuinte seja impedido de solicitar uma nova autorização de emissão de RPS, caso já exista para a mesma série uma solicitação que esteja como Não Analisada ou Em Análise.

5.3.357 Permitir a parametrização do sistema para que o contribuinte seja notificado quando uma quantidade (em porcentagem) escolhida por ele, de RPS, já tenha sido convertida em nota.

5.3.358 Possibilitar a verificação de autenticidade do RPS.

5.3.359 Controlar a conversão de RPS não autorizado, impedindo sua conversão e geração da nota fiscal.

5.3.360 Permitir que o município defina a quantidade máxima de RPS poderá ser solicitada por prestador de serviço.

5.3.361 Permitir ao fisco municipal configurar o sistema para deferir automaticamente as autorizações de impressão de RPS pendentes do prestador, quando atingir o limite de RPS convertidos.

5.3.362 Permitir o cadastramento automático de autorização de impressão de RPS conforme parâmetros definidos pelo município.

5.3.363 Permitir configurar quais os usuários fiscais que receberão e-mail quando uma nova autorização para impressão de RPS for registrada.

5.3.364 Permitir configurar o conteúdo do e-mail quando uma nova autorização para impressão de RPS for registrada ou tramitada, podendo personalizar textos diferentes conforme o status da autorização.

5.3.365 Permitir a configuração para gerar valor de crédito para abatimento em impostos municipais (Definição de percentuais, limites de abatimento etc.).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.366 Permitir que o fisco municipal realize movimentações no crédito tributário do contribuinte, tais como: Liberação do crédito, Expiração do crédito, Cancelamento do crédito, Transferência de crédito.

5.3.367 Permitir a configuração para gerar benefícios fiscais do tipo incentivo fiscal para a alíquota e para a base de cálculo e também isenção para o valor do ISS calculado na nota fiscal.

5.3.368 Possibilitar as permissões através das configurações de usuários e grupos de usuários.

5.3.369 Permitir a emissão de relatório de acesso dos diversos usuários ao sistema, com informações do horário de acesso e saída.

5.3.370 Permitir pelo Módulo do Fiscal e Módulo do Contribuinte, a emissão de relatório para controle das notas fiscais eletrônicas emitidas, possibilitando ainda verificar apenas as notas canceladas e/ou substituídas.

5.3.371 Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que demonstra a situação das guias de pagamento, podendo filtrar por prestador, ano, competência, tipo da guia, situação da guia

5.3.372 Permitir ao fisco municipal e ao contribuinte, realizar a consulta das notas fiscais emitidas.

5.3.373 Permitir ao fisco municipal realizar a consulta das guias de pagamento.

5.3.374 Permitir que os usuários possam consultar a relação de prestadores habilitados no município, sem ter necessidade de estar logado no sistema.

5.3.375 Permitir que o prestador de serviços tenha acesso para consulta e emissão de notas fiscais eletrônicas por meio de interface web ou aplicação compatível com dispositivos móveis. A solução deverá possibilitar a consulta das notas fiscais emitidas, bem como a realização de operações relacionadas à emissão e gestão das notas fiscais, podendo ser disponibilizada por meio de aplicativo móvel distribuído digitalmente, permitindo ainda o acesso a informações e funcionalidades relacionadas ao cadastro da empresa, consultas e demais operações disponíveis ao contribuinte no sistema.

Gestão de livro eletrônico

5.3.376 Permitir ao contribuinte pessoa física ou jurídica solicitar permissão de acesso para declarar o documento fiscal de serviço prestado e tomado no município desejado.

5.3.377 Possibilitar a configuração de quais rotinas estarão disponíveis para os contribuintes.

5.3.378 Possibilitar a parametrização das funcionalidades do programa de acordo com a legislação do município.

5.3.379 Permitir ao fisco informar a modalidade de lançamento do ISS para o respectivo contribuinte de acordo com as opções: Fixo, Homologado, Estimado, Não enquadrado.

5.3.380 Disponibilizar meios para que o contribuinte realize todas as declarações de serviços prestados e tomados, de ISS retido de terceiros ou retidos por terceiros, podendo ser realizada manualmente, informando os documentos fiscais individualmente ou por meio de um arquivo contendo todos os documentos a serem declarados.

5.3.381 Permitir o cálculo automático do valor do ISS devido com base na base de cálculo e alíquota aplicável conforme legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.382 Permitir a escrituração dos serviços prestados e tomados através da importação de arquivo.

5.3.383 Permitir a importação do arquivo selecionando a competência e a declaração de serviço, podendo ainda validar as informações do arquivo antes de importá-lo.

5.3.384 Possibilitar que os contribuintes façam a declaração de serviços prestados de forma simplificada. Para aqueles enquadrados como entidades especiais será possível informar as características que irá compor a base de cálculo.

5.3.385 Possibilitar a reabertura da declaração. Podendo ser automático de acordo com a parametrização ou através da solicitação para deferimento pelo fiscal.

5.3.386 Possibilitar ao contribuinte o registro da solicitação de reabertura de declarações de despesas.

5.3.387 Permitir que o contribuinte encerre declarações de serviços prestados ou tomados que não possuem movimentação.

5.3.388 Possibilitar que declarações encerradas sejam retificadas, gerando uma nova guia de pagamento ou um saldo a ser compensado em novas declarações.

5.3.389 Possibilitar a configuração do sistema para que seja possível inserir mais de uma declaração para a mesma competência.

5.3.390 Permitir ao fisco municipal parametrizar o tipo de declaração de serviço que será possível múltiplas declarações de serviços por competência.

5.3.391 Permitir a identificação das informações por competências e a visualização da data de emissão, número, o serviço prestado, o local da prestação do serviço, o valor, as deduções e o valor do imposto.

5.3.392 Permitir que o contador cadastre seus funcionários, definindo individualmente as permissões para as rotinas e relatórios do sistema, bem como as empresas que eles terão acesso.

5.3.393 Possibilitar que o contador solicite a transferência da responsabilidade dos serviços contábeis de um determinado contribuinte para o seu escritório de contabilidade e que somente após a devida análise e deferimento de um fiscal a transferência seja realizada.

5.3.394 Possibilitar que o contador solicite a desvinculação do contador de determinado contribuinte e que somente após a devida análise e deferimento de um fiscal o desvinculo seja realizado.

5.3.395 Permitir que o fiscal emita seu parecer referente a uma solicitação de transferência de contador.

5.3.396 Possibilitar ao Contador o encerramento da atividade econômica das empresas vinculadas a ele, e ainda a critério do município permitir a parametrização da efetivação da baixa da atividade com ou sem a verificação de pendência financeira.

5.3.397 Possibilitar que os contribuintes enquadrados como declarantes por conta de serviço, realizem a importação do plano de contas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.398 Possibilitar que os contribuintes que efetuam suas declarações através de contas bancárias, utilizem o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), podendo realizar a importação por grupos de contas separadamente.

5.3.399 Permitir que o fiscal do Município e o prestador de serviços cadastrem as notas fiscais avulsas eletrônicas exibindo dados, como: data de emissão, nome/razão social do prestador, inscrição estadual, requerente e dados do tomador.

5.3.400 Permitir ao contribuinte prestador de serviço emitir a relação de notas avulsas emitidas.

5.3.401 Possibilitar que o fiscal crie características para cada tipo de entidade especial.

5.3.402 Possibilitar ao contribuinte registrar a declaração de faturamento mensal de vendas.

5.3.403 Possibilitar por meio de configuração do sistema, que o fiscal exija do contribuinte enquadrado como microempresa o preenchimento da declaração de faturamento de vendas.

5.3.404 Permitir a criação de regras para gerar o ISS diferenciado para Microempresas e para o ISS Fixo.

5.3.405 Permitir que o fiscal gere as competências de forma automática.

5.3.406 Permitir que o fiscal realize manutenção nos cadastros da lista de serviços (Lei 116/03).

5.3.407 Permitir a configuração da listagem de serviços conforme Lei 116/03 ou Lei 157/16, contendo a opção para indicar a data de início da vigência municipal de acordo com a legislação indicada.

5.3.408 Possibilitar que o fiscal realize o cadastro de mensagens a serem exibidas aos Contribuintes.

5.3.409 Permitir que o fiscal realize o cadastro de materiais diversos a serem utilizados nas declarações de serviços pelos contribuintes enquadrados como construtora.

5.3.410 Possibilitar a configuração do sistema para que gere automaticamente autos de infração, nos casos de declarações que sejam encerradas fora do prazo estabelecido pela entidade.

5.3.411 Possibilitar que o fiscal acesse o módulo do contribuinte, para averiguações nos dados gerados sem permissão de realizar qualquer alteração.

5.3.412 Possibilitar a visualização das notas fiscais emitidas no sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas de serviços.

5.3.413 Possibilitar que o contribuinte seja informado sobre suas pendências de declaração de documentos fiscais de serviços prestados e/ou tomados.

5.3.414 Permitir que o fisco municipal configure a exigência de assinatura digital nas declarações de serviços prestados e tomados, conforme critérios definidos pela administração.

5.3.415 Possibilitar a utilização de mecanismos de segurança para acesso ao sistema pelos contribuintes, podendo contemplar autenticação adicional ou outros recursos de proteção de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.416 Permitir a criação e gestão de usuários e grupos de usuários, com definição de perfis e permissões de acesso às funcionalidades do sistema.

5.3.417 Permitir a escrituração e declaração de serviços prestados e tomados, possibilitando o registro de valores, deduções e demais informações necessárias ao cálculo do ISS, conforme legislação municipal.

5.3.418 Possibilitar a geração de relatórios gerenciais e fiscais relacionados às declarações, pagamentos, situação do contribuinte e demais informações tributárias.

5.3.419 Permitir mecanismos de comunicação eletrônica entre o fisco municipal, contadores e contribuintes, possibilitando envio de notificações, avisos, intimações e demais comunicações administrativas.

5.3.420 Possibilitar a emissão de relatório que efetua o cruzamento entre declarações de serviços e valores recebidos em cartão.

5.3.421 Permitir que saldos gerados sejam liberados para uso de forma automática, sem a intervenção do fiscal, ou manualmente, após a análise do mesmo.

5.3.422 Possibilitar a disponibilização ou exportação de informações fiscais quando requisitadas por órgãos de controle ou autoridades competentes, incluindo a Justiça Eleitoral, relativas às notas fiscais ou demais registros fiscais existentes no sistema, em formato eletrônico que permita o compartilhamento ou posterior importação em outros sistemas oficiais.

5.3.423 Sistema de Protocolo e Ouvidoria

5.3.424 Permitir a gestão de processos administrativos e solicitações por meio de sistema eletrônico de protocolo, possibilitando o registro, acompanhamento e tramitação entre unidades administrativas.

5.3.425 Permitir o cadastro e manutenção da estrutura organizacional da entidade (secretarias, departamentos ou unidades equivalentes) para fins de tramitação de processos.

5.3.426 Possibilitar o controle de acesso ao sistema mediante perfis de usuários e permissões configuráveis.

5.3.427 Permitir o registro de solicitações, abertura de processos, inclusão de documentos e informações complementares.

5.3.428 Permitir a tramitação eletrônica de processos entre setores, com registro de data, horário e responsáveis pelas movimentações.

5.3.429 Possibilitar a emissão de comprovante de protocolo e acompanhamento do andamento do processo.

5.3.430 Permitir a inclusão de pareceres, despachos, anexos e demais documentos relacionados ao processo.

5.3.431 Permitir anexação de documentos digitais aos processos, bem como o armazenamento e consulta dos mesmos.

5.3.432 Possibilitar a consulta e pesquisa de processos por diferentes critérios, como número, interessado, assunto, situação ou período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.433 Permitir o encerramento, arquivamento e reativação de processos conforme regras administrativas definidas.

5.3.434 Permitir a tramitação ou movimentação de processos em lote.

5.3.435 Possibilitar a realização de juntada ou vinculação de processos relacionados.

5.3.436 Permitir o envio de notificações ao interessado sobre movimentações ou atualizações do processo, por meio eletrônico.

5.3.437 Disponibilizar acesso ao cidadão para abertura de solicitações, envio de documentos e consulta ao andamento de processos.

5.3.438 Permitir o retorno de processos ao solicitante para complementação de informações ou documentos.

5.3.439 Manter histórico completo das movimentações e ações realizadas em cada processo.

5.3.440 Possibilitar auditoria das operações realizadas pelos usuários no sistema.

5.3.441 Permitir a configuração de fluxos de trabalho ou rotinas de tramitação para diferentes tipos de processos ou assuntos.

5.3.442 Permitir ao cidadão solicitar a protocolização.

5.3.443 Permitir ao cidadão a consulta de requisitos de protocolização.

5.3.444 Permitir ao cidadão a Consulta de Processos.

5.3.445 Permitir ao cidadão anexar documentos pendentes quando requisitado.

5.3.446 Permitir ao cidadão incluir beneficiário ao processo.

5.3.447 Permitir deferimento de solicitações de aberturas externas de processos protocolados pelo cidadão.

5.3.448 Possibilitar aos servidores a realização de retorno dos processos aos solicitantes, para que os mesmos possam anexar documentos ou incluir documentos faltantes ao processo, bem como possibilitar ao servidor desfazer o retorno ao solicitante, para os casos que não haja resposta por parte do mesmo, fazendo com que o processo retorne para o servidor

Sistema de Documentos e Assinatura

5.3.449 Permitir o gerenciamento eletrônico de documentos, possibilitando o armazenamento, organização, consulta e compartilhamento de arquivos digitais relacionados às atividades da administração municipal. A solução deverá possuir módulo de gestão eletrônica de processos, protocolo e ouvidoria, permitindo o registro, tramitação, acompanhamento e arquivamento de solicitações administrativas e manifestações dos cidadãos, bem como a gestão de documentos eletrônicos e fluxos de assinatura digital. O sistema deverá possibilitar, no mínimo, a abertura de processos e solicitações internas e externas; o acesso do cidadão para registro de solicitações, acompanhamento de processos e envio de documentos; a tramitação eletrônica de processos entre setores ou unidades administrativas; a inclusão de pareceres, despachos e anexos digitais; o controle de permissões e acesso por perfil de usuário; o registro de histórico completo das movimentações realizadas nos processos; a auditoria das operações realizadas pelos usuários; o envio de notificações eletrônicas aos interessados acerca de movimentações ou atualizações; a tramitação individual ou em lote de processos; a gestão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

fluxos de trabalho e regras de tramitação entre unidades administrativas; a vinculação de documentos e, quando aplicável, de taxas administrativas aos processos; o armazenamento, organização, pesquisa e compartilhamento de documentos digitais; o controle de versões e histórico de alterações de documentos; o compartilhamento interno e externo de documentos, respeitando níveis de acesso definidos; a gestão de fluxos de aprovação e assinatura de documentos eletrônicos; a utilização de assinaturas digitais com certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil ou outros mecanismos legalmente aceitos; a verificação de autenticidade e integridade de documentos assinados digitalmente; e o acesso ao sistema por meio de navegadores web em diferentes dispositivos. Possibilitar o envio de e-mail ao requerente em cada tramitação efetuada no processo.

5.3.450 Possibilitar a criação, edição, armazenamento.

5.3.451 Acesso através de computadores, tablets e smartphones.

5.3.452 Permitir o acompanhamento do fluxo de assinatura de documentos, incluindo envio, aprovação, recusa e registro do histórico de assinaturas.

5.3.453 Possibilitar a consulta e verificação da autenticidade de documentos assinados digitalmente.

5.3.454 Permitir a organização de documentos em estruturas lógicas, como pastas ou categorias.

5.3.455 Permitir o controle de acesso aos documentos por meio de perfis de usuários e permissões.

5.3.456 Permitir o armazenamento de documentos em repositório eletrônico seguro.

5.3.457 Possibilitar a consulta e pesquisa de documentos por diferentes critérios, tais como nome, data, usuário ou palavras-chave..

5.3.458 Permitir o compartilhamento de documentos entre usuários ou setores da administração.

5.3.459 Permitir o envio de documentos para assinatura eletrônica ou digital.

5.3.460 Permitir a assinatura digital de documentos e anexos.

5.3.461 Possibilitar a participação de usuários no processo de assinatura de documentos.

5.3.462 Possibilitar a consulta ao histórico de documentos assinados.

5.3.463 Permitir o gerenciamento dos usuários, permitindo conceder e editar as autorizações necessárias para cada um.

5.3.464 Possibilitar a realização de auditoria, permitindo que o administrador do sistema possa acompanhar as movimentações dos usuários.

5.3.465 Permitir o download e a impressão de documentos assinados.

5.3.466 Possibilitar a verificação da autenticidade de documentos assinados eletronicamente ou digitalmente.

5.3.467 Permitir a assinatura digital utilizando certificados digitais emitidos no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP-Brasil ou outros mecanismos legalmente aceitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.468 Possuir interface responsiva, permitindo acesso por computadores e dispositivos móveis.

5.3.469 Permitir o acompanhamento do andamento das assinaturas realizadas pelos assinantes associados à um documento.

5.3.470 Permitir a assinatura digital de documentos utilizando certificados digitais emitidos no padrão da ICP-Brasil, tais como e-CPF, e-CNPJ, A1 ou A3.

5.3.471 Permitir a impressão de um documento assinado.

5.3.472 Permitir upload em massa de arquivos organizados em estrutura de pastas.

5.3.473 Os sistemas deverão operar em ambiente de hospedagem sob responsabilidade da contratada em nuvem, garantindo disponibilidade, segurança, redundância e mecanismos de contingência que assegurem a continuidade dos serviços;

Serviços Variáveis

5.3.474 A Contratada poderá ser chamada pela Contratante para realizar ao longo da vigência do contrato os serviços de demanda variável:

5.3.475 Serviços de capacitação pós-implantação em função de novas releases dos softwares e/ou rodízio de pessoal, cujo ambiente será fornecido pela contratante, bem como chamados de atendimento técnico local a serem realizados pelos técnicos da contratada nas dependências da contratante, ou via conexão remota para tratamento de erros, inconformidades causadas pelos usuários dos softwares, ou por fatores alheios aos sistemas (vírus e afins, por exemplo), ou outros cuja necessidade tenha sido identificada pela Contratante;

5.3.476 Serviços de personalização e customização de softwares, neles relacionados todos os abrangentes e correlatos, e todas as suas etapas, incluindo parametrizações, implementações, novas funcionalidades, e quaisquer outros necessários para atender necessidades operacionais da contratante, pertinentes ao objeto contratado.

Características gerais da aplicação, padrão tecnológico de segurança do sistema

5.3.477 Os módulos que compõem o sistema devem atender às legislações Federais e Estaduais, adequando-as sempre que for necessário, além de serem projetados e desenvolvidos para rodar nativamente em ambiente web, e que contenham as seguintes características básicas:

5.3.478 A solução deverá operar preferencialmente em ambiente web, acessível por meio de navegador de internet, permitindo o acesso às funcionalidades do sistema sem necessidade de instalação de softwares adicionais no equipamento do usuário, exceto quando necessário para utilização de recursos específicos, dispositivos de segurança, assinatura digital ou módulos complementares da solução;

5.3.479 A solução deverá possuir mecanismos de segurança capazes de prevenir ataques e vulnerabilidades conhecidas, garantindo a proteção das informações e a continuidade da prestação dos serviços;

5.3.480 Todos os sistemas devem utilizar protocolo HTTPS para navegação na internet, garantido a segurança das informações tramitadas através de criptografia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.481 A solução deve ser composta por módulos e sistemas que garantam a integração e unificação das informações. Sendo possível ao usuário optar pela não integração entre cadastros, mediante simples parâmetro no sistema, permitindo a indicação, pelo administrador do sistema, de usuários que poderão decidir quanto à integração entre os sistemas pendentes;

5.3.482 Os sistemas deverão ser acessíveis por meio dos principais navegadores de internet disponíveis no mercado, garantindo compatibilidade com os ambientes computacionais utilizados pela Prefeitura;

5.3.483 A solução deverá permitir parametrizações conforme necessidades da administração;

5.3.484 Deverá dispor de mecanismos de integração com outros sistemas objeto da mesma licitação por meio de APIs, webservices ou outros mecanismos de interoperabilidade, possibilitando o intercâmbio de dados entre sistemas, sem custos adicionais para a contratante;

5.3.485 A solução deverá possuir capacidade de integração com outros sistemas ou bases de dados, possibilitando o intercâmbio e consolidação de informações, podendo utilizar APIs, webservices ou outros mecanismos de interoperabilidade.;

5.3.486 Deve possuir capacidade de exportar, via fonte de dados, informações para que outros sistemas de informação possam gerar bancos de dados;

5.3.487 Os sistemas devem permitir o controle de acesso com o uso de senhas, contendo controle de permissões de acesso tanto por usuário quanto por grupo de usuários, com definição das permissões para alteração, inclusão, exclusão e outras ações da aplicação como: estornar, cancelar, calcular, desativar, dentro de cada módulo, individualmente;

5.3.488 Permitir alternância entre sistemas e entidades, sem necessidade de novo login, permitindo que, na mudança de entidades, o usuário seja automaticamente redirecionado para o mesmo exercício;

5.3.489 Possuir gerenciamento de relatórios, permitindo ao usuário final, a partir de um modelo de relatório existente, criar um novo relatório (salvar como/copiar), mantendo-se o modelo de relatório original inalterado, com a opção de torná-lo público (qualquer usuário acessa o novo modelo) ou mantê-lo restrito (somente o usuário acessa o modelo);

5.3.490 Permitir que os relatórios solicitados sejam executados em segundo plano, permitindo ao usuário continuar trabalhando enquanto o relatório é gerado, com notificação em tela assim que o relatório for gerado, ou opção de abertura automática, independente da página em que o usuário esteja acessando;

5.3.491 Possibilitar a distribuição de relatórios para outras entidades ou sistemas, definindo inclusive as permissões que os usuários das entidades terão nos mesmos, bem como a atualização de relatórios já distribuídos;

5.3.492 Permitir a utilização de elementos visuais no layout dos relatórios, como: textos, imagens, linhas, quadrados, retângulos, círculos, campos calculados, códigos de barra, códigos QR e gráficos;

5.3.493 Possibilitar a assinatura digital de documentos nos formatos PDF, XML e TXT;

5.3.494 Permitir realizar assinatura digital com certificados do repositório e/ou instalados localmente na máquina do usuário sejam nos modelos e-CPF, A1 ou A3;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.495 Permitir que o cidadão também realize assinatura digital de documentos diretamente pela aplicação, sem necessidade de utilizar outros sistemas ou recursos, exceto aqueles necessários para acesso ao dispositivo de leitura do certificado digital na máquina local do próprio usuário;

5.3.496 Possibilitar que um documento seja assinado digitalmente no sistema, e que, após a assinatura, o usuário possa remeter o documento a outro usuário, que receberá notificação dentro do próprio sistema de que existe documento aguardando sua assinatura;

5.3.497 Permitir que durante a assinatura de uma solicitação o usuário possa rejeitar um documento enviado para sua assinatura;

5.3.498 A solução deverá garantir mecanismos seguros para utilização de certificados digitais durante o processo de assinatura.

5.3.499 Nos principais cadastros dos sistemas, a auditoria deve estar visível ao usuário, quando da execução da alteração ou consulta de alterações. O sistema deve mostrar uma linha do tempo, diretamente no cadastro e sem acesso a novas telas, indicando o histórico de alterações;

5.3.500 Na visualização dos registros de auditoria, deve-se exibir os novos dados para inclusões, novos dados e dados anteriores para alterações e dados anteriores para exclusões;

5.3.501 Os sistemas devem dispor “help on-line”, para esclarecimento de dúvidas sem necessidade de abertura de chamado técnico, acessado através dos próprios sistemas;

5.3.502 Permitir mecanismos de controle de acesso e segurança para utilização do sistema;

5.3.503 Objetivando atender a regras impostas pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), os sistemas devem ter no mínimo os seguintes recursos:

5.3.504 Deverão permitir acesso apenas por usuários devidamente cadastrados, que disponham de usuário e senha;

5.3.505 Qualquer alteração realizada nos cadastros deve ser registrada através de auditoria, permitindo sua rastreabilidade;

5.3.506 Permitir que o cidadão solicite, através de protocolo online, relatório das alterações as quais seus dados pessoais foram submetidos;

5.3.507 Permitir a definição, no Portal da Transparência, do Encarregado de Dados (DPO), com a informação dos dados necessários e pertinentes para realização de contato.

5.3.508 Apresentação de prova de conceito das funcionalidades dos módulos, gerenciamento de data center e do padrão tecnológico, segurança e desempenho:

5.3.509 Definido um vencedor provisório, o mesmo deverá submeter a solução ofertada a uma avaliação de conformidade do objeto ofertado, através de uma prova de conceito, visando dar segurança mínima à contratação, conforme preconizado na Lei de Licitações;

5.3.510 A data, horário e local para realização da prova de conceito será divulgada pela Pregoeira;

5.3.511 A prova de conceito deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis após a definição da empresa provisoriamente declarada vencedora, por Comissão Especial a ser designada, formada por servidores com conhecimento técnico pertinente às áreas a serem avaliadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

5.3.512 A prova de conceito ocorrerá consoante o seguinte rito:

5.3.513 Leitura, de forma sequencial, pela licitante, em voz alta, da funcionalidade a ser demonstrada;

5.3.514 Demonstração da funcionalidade em questão;

5.3.515 Além dos requisitos técnicos constantes do termo de referência, a Comissão poderá solicitar demonstrações complementares relacionadas às funcionalidades e requisitos já previstos neste Termo de Referência, à aferição do atendimento ao edital, desde que não gerem à licitante esforço superior ao razoável.

5.3.516 A Comissão utilizar-se-á de critérios objetivos para o julgamento das funcionalidades demonstradas, podendo, a qualquer momento da sessão de avaliação, efetuar questionamentos acerca do objeto demonstrado;

5.3.517 A empresa licitante deverá disponibilizar todos os equipamentos que julgar necessários para a demonstração, sendo recomendada a utilização de projetor multimídia, a fim de que se proporcione uma melhor visualização a todos os presentes na sessão;

5.3.518 Ao final da Prova de Conceito, a Comissão Especial avaliadora, especialmente nomeada e designada, registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio;

5.3.519 A proponente que convocada para avaliação não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito será automaticamente desclassificada;

5.3.520 O não atendimento total a qualquer funcionalidade constante do termo de referência do edital poderá inabilitar a licitante, situação que será manifestada no Relatório de Conclusão da Avaliação Técnica. O atendimento parcial só será admitido no percentual mínimo de 90% (noventa por cento) das funcionalidades de cada módulo, constantes, e 100% de todos os requisitos relacionados às características gerais da aplicação, conforme descrito no item 12.12) abaixo;

5.3.521 Caso a primeira colocada não compareça, ou não atenda aos requisitos do Termo de Referência conforme regras aqui estabelecidas, será convocada a segunda colocada e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta adequada, ou ser considerada fracassada a licitação;

5.3.522 Caberá à Comissão de Avaliação garantir a plena execução de todas as atividades relativas à prova de conceito, e ainda:

5.3.523 Avaliar cada funcionalidade demonstrada, preenchendo questionário específico de atendimento/não atendimento, pontuando as observações necessárias;

5.3.524 Emitir o “relatório de conclusão da avaliação técnica”;

5.3.525 Emitir o termo de aceite definitivo ou de recusa da solução, a fim de que se possibilite a continuidade do processo licitatório.

5.3.526 Como requisito indispensável para homologação do objeto, os sistemas oferecidos pela empresa licitante vencedora deverão atender no ato da apresentação da amostra um percentual mínimo de 90% (noventa por cento) das funcionalidades de cada módulo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

constantes, e 100% de todos os requisitos relacionados às características gerais da aplicação, padrão tecnológico:

5.3.527 Os 10% restantes referente ao não atendimento imediato de cada módulo pela empresa vencedora, deverão ser entregues dentro do período estipulado para implantação dos sistemas.

5.3.528 O cronograma detalhado para a realização dos serviços, incluindo os locais, horários e rotinas a serem cumpridas, entre outros estão pormenorizados nos subitens do Capítulo 5 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.3.529 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades suficientes para boa execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3.530 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.531 Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, migração de dados, treinamento, suporte técnico e manutenção de sistema informatizado destinado à gestão tributária municipal, gestão do ISSQN por meio de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), protocolo eletrônico e atendimento ao contribuinte via internet, mediante licenciamento de software por prazo determinado (locação), para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Além Paraíba/MG.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.532 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.3.533 O contratado deverá realizar a transição contratual de forma integral e organizada, assegurando a transferência dos dados, tecnologia e técnicas empregadas durante a execução dos serviços, sem qualquer perda de informações ou prejuízo à continuidade das atividades da Prefeitura Municipal de Além Paraíba/MG.

5.3.534 Essa obrigação compreende a disponibilização de toda a documentação técnica necessária, incluindo manuais, relatórios e procedimentos operacionais, de modo a garantir que os dados e registros sejam preservados e que não haja interrupções na gestão pública. A integridade das informações deverão ser mantidas em todas as etapas da transição.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, durante a prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6. Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.30. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos.

Do pagamento

7.34. Constatado a regularidade no recebimento do objeto, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.36. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.37. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM=Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira=0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha ou evidenciado na fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40. Como condição de pagamento, as licitantes ficam cientes que detém prévio conhecimento das retenções legais a qual o faturamento está sujeito, tais como ISS Imposto Sobre Serviços e antecipação do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, mediante o EFD-REINF.

7.41. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.42. Não haverá antecipação de pagamento para execução deste objeto.

Da glosa dos serviços não prestados ou resultados não entregues

7.43. Primeiramente, importante destacar brevemente que o instituto da glosa se trata de autorização da Administração Pública em reter valores destinados para pagamento de serviços prestados, relativos à Contrato Administrativo, em casos de inadimplemento contratual por parte do particular/contratado.

7.44. Conceitualmente, a glosa nada mais é que a retenção de valores em pagamentos, em tese, devidos ao particular contratado. Ou seja, a Administração, no exercício de sua função de controle, bloqueia créditos em faturas emitidas pelo particular, de modo a compensar os débitos a ele imputados, ou blindar a administração de remunerar a contratada por serviços previstos no T.R. que não foram prestados em sua totalidade ou satisfatoriamente.

7.45. Contudo, faz-se necessário salientar que o instituto da glosa não possui natureza sancionatória, ainda que possam ser aplicadas cumulativamente, em virtude de que se destina ao ressarcimento de valores e/ou evitar a remuneração por serviços ou bens não entregues à Administração Pública.

7.46. Didaticamente, o Tribunal de Contas da União assim discorreu sobre o tema:

“O termo glosar, segundo o Dicionário Aurélio, é equivalente a censurar, criticar, suprimir ou anular, dentre outras acepções. Trata-se de juízo de reprovabilidade que alguém tem em relação a algo. No serviço público o instituto da glosa é mais frequentemente associado ao exercício da função controle, ou seja, é dever de quem tem prerrogativas de fiscalizar ou auditar censurar as ações incompatíveis ou irregulares. Nem sempre a glosa possui repercussão financeira.

Quando a glosa tem efeito financeiro, dois podem ser os reflexos: a um, perda em definitivo de uma dada importância; a dois, retenção ou suspensão na transferência de valores até que a pessoa ou a entidade afetada pela glosa restitua uma importância ou faça algo.

No caso do SUS, se a glosa decorre de um recebimento indevido, como no caso de pagamento de procedimentos não realizados, a medida tem por fim restituir os cofres públicos, logo a glosa deve ser processada como uma perda em definitivo.

Por outro lado, se a glosa resulta de um pagamento irregular ou ilegítimo, gasto realizado com recursos da União, como neste caso concreto, a glosa pode ter um caráter definitivo se for empregada como meio de compensação, ou de retenção/suspensão de uma entidade afetada com provar que depositou no fundo municipal importância equivalente ao montante da glosa, pois assim estaria restituindo o valor ilegitimamente gasto.

(TCU-Acórdão nº 3.114/2010-Segunda Câmara).”

7.47. Segundo o professor Celso Antônio Bandeira de Mello: “Enriquecimento sem causa é o incremento do patrimônio de alguém em detrimento do patrimônio de outrem, sem que, para

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

supeditar tal evento, exista uma causa juridicamente idônea. É perfeitamente assente que sua proscrição constitui-se em um princípio geral de direito.”

7.48. Tendo em vista o exposto e o dever da administração de assegurar a manutenção das atividades e serviços públicos, bem como coibir o enriquecimento ilícito da contratada por remuneração de serviços não prestados, a administração apresenta abaixo a tabela com o peso a ser considerado nas glosas:

Item	Descrição	Da Administração	Gravidade	Peso
1	Sistema inoperante	Paralisação geral dos serviços administrativos	Alta	43,00%
2	Módulo ou submódulo Inoperante	Paralisação parcial dos serviços administrativos	Média Alta	9,00%
3	Falta de suporte técnico ou suporte que não atenda o problema ou dúvida suscitada, via chat, tel. e correio eletrônico	Paralisação parcial dos serviços administrativos	Média Alta	5,00%
4	Ausência de funcionalidades ou falha sistêmica que gerem multa ao órgão.	Prejuízo financeiro em decorrência de multa ao gestor pelos órgãos de controle	Altíssima	25,00%
5	Ausência de funcionalidades que gerem aos servidores a necessidade de realizar lançamentos manualmente, em redundância e/ou por outros meios, gerando prejuízo operacional nas atividades.	Prejuízo operacional, atraso nas atividades por perda de eficiência	Média	8,00%
6	Deixar de disponibilizar atualizações e adequação do sistema para o atendimento em tempo hábil de demandas geradas por mudança na legislação.	Prejuízo operacional e financeiro. Os servidores serão obrigados atentar suprir a deficiência sistêmica manualmente. Risco de dano e multa ao erário pelos órgãos de controle.	Alta	10,00%
Total				100,00%

Notas Explicativas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

A glosa se houver o fato gerador e se aplicada, ocorrerá sobre a remuneração mensal.

Item 1 – Aplicada proporcionalmente por dia inoperante, 1/30.

Item 2 – Aplicada proporcionalmente por dia inoperante, 1/30.

Item 3 – Aplicada proporcionalmente por suporte negado ou insatisfatório, a ser calculado pelo número de suportes do ciclo mensal.

Item 4 – Aplicada em sua totalidade se não executada ou executada de forma insatisfatória na competência mensal.

Item 5 – Aplicada proporcionalmente por dia de indisponibilidade, 1/30.

Item 6 – Aplicada em sua totalidade se não executada ou executada de forma insatisfatória na competência mensal.

7.49. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.50. Não produzir os resultados acordados;

7.51. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.52. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do reequilíbrio econômico, revisão dos preços e reajuste.

7.53. Os valores poderão sofrer revisões, na forma da lei e condições estipuladas no edital.

7.54. Os contratos oriundos desta contratação, poderão ter seus preços revistos em caso de desequilíbrio, nos termos do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.55. Toda alteração de preço deverá possuir elementos que a sustente e comprove a elevação dos custos, levando em consideração ainda a compatibilização desta, com os valores praticados no mercado.

7.56. Quando realizado, as alterações serão registradas por Termo Aditivo.

7.57. Em caso de prorrogação do Contrato com renovação de quantitativos dos bens ou serviços, e após o interregno de um ano, nos termos do Artigo 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021, a contratada fará jus ao reajustamento, mediante a aplicação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

7.58. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.59. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.60. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

7.61. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.62. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.63. Os reajustamentos quando realizados, poderão ser celebrados por simples apostila ao contrato, conforme Art. 136, Inciso I da Lei nº 14.133/2021

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **[Municipal/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda **[Municipal/Distrital]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **[Municipal/Distrital]** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

Qualificação Técnica

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.23. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.24. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.34. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.35. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

8.36. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação será conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) 02.04.123.003.2.0029 GESTÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

II) 02.04.122.003.2.0024 GESTÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

10.1.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, Se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.

11.1.2 Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

11.1.3 **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

11.1.4 **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

11.1.5 **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

11.1.6 **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

11.1.7 “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1.1 São obrigações do Contratante:

12.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.9 Cientificar a Procuradoria Jurídica do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.11 A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**

12.1.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

13.1.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.1.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios eletrônicos, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

13.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

13.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

13.1.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.1.24 Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

13.1.25 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Além Paraíba, 17 de março de 2026.

Ricardo Alexandre Rocha
Secretário Municipal de Finanças

Mauro Vidal Fernandes
Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

ANEXO I – QUANTITATIVOS**LOTE 01: SOFTWARE PORTAL DO CONTRIBUINTE**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
01	01	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Portal de atendimento ao cidadão via internet (Portal do Contribuinte)	MÊS	12	1.808,86	21.706,32
	02	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo Portal de atendimento ao cidadão via internet (Portal do Contribuinte)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	R\$ 4.110,00
	03	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo Portal de atendimento ao cidadão via internet (Portal do Contribuinte)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	R\$ 1.947,50
	VALOR TOTAL				R\$ 1.808,86	R\$ 27.763,82

LOTE 02:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
02	04	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Sistema de gestão do ISSQN com emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	MESES	12	12.285,68	147.428,16
	05	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo Sistema de gestão do ISSQN com emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	12.800,00
	06	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo Sistema de gestão do ISSQN com emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	3.315,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

	VALOR TOTAL	R\$ 12.285,68	R\$ 163.543,16
--	-------------	------------------	-------------------

LOTE 03:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
03	07	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Sistema de gestão eletrônica de documentos e assinatura digital.	MESES	12	2.513,09	30.157,08
	08	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo de Sistema de Gestão eletrônica de documentos e assinatura digital	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	5.282,50
	09	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo de Sistema de Gestão eletrônica de documentos e assinatura digital	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	2.622,50
		VALOR TOTAL			R\$ 2.513,09	R\$ 38.062,08

LOTE 04:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
04	10	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Sistema de gestão tributária municipal e arrecadação (IPTU, taxas e receitas diversas)	MESES	12	16.648,27	199.779,24
	11	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo Sistema de gestão tributária municipal e arrecadação (IPTU, taxas e receitas diversas)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	19.275,00
	12	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo Sistema de gestão tributária municipal e arrecadação (IPTU, taxas e receitas diversas)	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	5.310,00
		VALOR TOTAL			R\$	R\$

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**

CNPJ: 17.709.197/0001-35

RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ

ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000

TEL: (32) 3462-6733

		16.648,27	224.364,24
--	--	-----------	------------

LOTE 05:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
05	13	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Sistema de Ouvidoria	MESES	12	1.150,23	13.802,76
	14	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo Sistema de Ouvidoria	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	1.797,50
	15	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo Sistema de Ouvidoria	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	1.702,50
	VALOR TOTAL				R\$ 1.150,23	R\$ 17.302,76

LOTE 06:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
06	16	LOCAÇÃO DE SOFTWARES - Sistema de protocolo eletrônico e tramitação de processos administrativos	MESES	12	1.688,36	20.260,32
	17	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Implantação do módulo Protocolo Eletrônico e tramitação de processos administrativos	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	3.737,50
	18	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA - Hora Técnica do módulo Protocolo Eletrônico e tramitação de processos administrativos	SERV	1	NÃO SE APLICA. TAXA ÚNICA	1.995,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
CNPJ: 17.709.197/0001-35
RUA DR. HEITOR MENDES NASCIMENTO, Nº 40, SÃO JOSÉ
ALÉM PARAÍBA/MG. CEP: 36660-000
TEL: (32) 3462-6733

	VALOR TOTAL	R\$ 1.688,00	R\$ 25.992,82
--	-------------	-----------------	------------------